



PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

EIXO 3



EIXO 3

Projeto pedagógico institucional

3.1 DESCRIÇÃO

3.2 INSERÇÃO REGIONAL

3.3 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TÉCNICO-METODOLÓGICOS

3.3.1 Igualdade de condições para o acesso e permanência na Instituição

3.4 EDUCAÇÃO FLEXÍVEL: CONCEPÇÃO E POLÍTICA NA UEMA

3.4.1 Educação flexível: políticas transversais na Uema

3.5 SUSTENTABILIDADE

3.5.1 A Política Estadual de Educação Ambiental no Maranhão e o papel da Uema

3.6 INOVAÇÃO

3.7 INTERNACIONALIZAÇÃO

3.7.1 Eixos Estratégicos

3.7.2 Ensino de Graduação e Pós-Graduação

3.7.3 Diretrizes para a Pesquisa

3.7.4 Diretrizes para integração com as Atividades de Extensão

3.7.5 Diretrizes para uma Política Linguística da Uema

3.7.6 Diretrizes para a Gestão Administrativa e da Superintendência para Relações Internacionais

3.8 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

3.8.1 Diretrizes institucionais para a educação inclusiva

3.8.2 Objetivos institucionais para a educação inclusiva

3.9 POLÍTICA DE GRADUAÇÃO

3.10 POLÍTICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

3.10.1 Projeção para os Programas de Pós-Graduação até 2025

3.11 POLÍTICA DE EXTENSÃO

3.11.1 Diagnóstico da Extensão

3.11.2 Diretrizes da Política de Extensão

3.11.3 Objetivos da Extensão Universitária

3.12 PROJETOS ESTRATÉGICOS

3. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

3.1 Descrição

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) deve ser entendido como um instrumento filosófico, político e pedagógico que orienta todas as práticas de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Estadual do Maranhão, considerando sua trajetória histórica, missão, objetivos e inserção regional com a transversalidade de temáticas como educação flexível, desenvolvimento sustentável, inovação e internacionalização. Em um aspecto amplo pode ser considerado uma declaração de sua identidade institucional; uma enunciação da linha filosófica e pedagógica que embasa todos os cursos, programas e projetos da Instituição, na direção de consolidar o funcionamento orgânico e a obtenção de indicadores de qualidade, reconhecidos pela comunidade acadêmica e pela sociedade.

A Uema, no seu PPI, tem como compromisso social expressar uma visão de mundo contemporâneo que sistematiza e consubstancia teorias, reflexões e práticas. Tem ainda como compromisso aprofundar a diversidade de saberes e práticas, próprias das variedades de formação dos profissionais egressos da Instituição. No tocante ao conhecimento científico e acadêmico, a Uema vem sempre procurando atualizar, incorporar e construir novos saberes necessários ao desenvolvimento do ser humano como indivíduo atuante e participante de uma sociedade que exige uma formação profissional cada vez mais completa, criativa e inovadora. Já em relação ao desenvolvimento regional, a sua contribuição se dá quando considera as necessidades da formação

local, regional e global do indivíduo sem, contudo, perder de vista o seu ingresso no mercado de trabalho.

O PPI da Uema enseja explicar uma visão do papel da educação superior no desenvolvimento de uma sociedade que almeja evoluir, bem como exprimir a sua participação e contribuição social, política e educacional para o estado do Maranhão. Isto se concretiza por meio do ensino, da pesquisa e da extensão na busca da articulação entre as condições reais de execução e as condições desejáveis. Ressalta-se que este PPI está alicerçado em valores alinhados à identidade da Instituição, consubstanciado no seu valor político e educacional, cuja condição precípua consiste em lidar e produzir conhecimento.

Para elaboração do PPI tomou-se como referência a Lei n.º 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; a Lei n.º 10.861/04, que cria o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES); o Plano Nacional de Graduação (PNG, 2004), proposto pelo Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras (FORGRAD); o Plano Nacional de Educação (PNE, 2014), além das normatizações do Ministério da Educação (MEC) sobre a nova ótica da educação superior no Brasil. Dessa forma, os princípios filosóficos, políticos, educacionais que orientam a Uema no seu Plano Pedagógico Institucional, são:

- ◆ Igualdade de condições para o acesso e permanência na Instituição;
- ◆ Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- ◆ Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- ◆ Respeito à liberdade e apreço à tolerância;

- ◆ Valorização do profissional da educação;
- ◆ Gestão democrática, assegurada à existência de órgãos colegiados deliberativos, dos quais participarão os segmentos da comunidade acadêmica e representantes da comunidade;
- ◆ Garantia de padrão de qualidade;
- ◆ Vinculação entre educação, mercado de trabalho e práticas sociais.

São documentos legais que explicitam seu posicionamento sobre sociedade, indivíduo e educação para a Uema, a saber: o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e o Currículo. Esses documentos são muito mais que documentos técnicos, são considerados instrumentos de formação filosófica, política e pedagógica. Veiga (2004, p.16) explica que eles devem garantir “uma formação global e crítica para os envolvidos no processo, como forma de capacitá-los para o exercício da cidadania, a formação profissional e o pleno desenvolvimento pessoal”. Além disso, são elementos constitutivos de cada curso, devendo ser

elaborados, analisados e avaliados, respeitando-se as características da organização acadêmica da Uema e do contexto que a mesma se insere, conforme preconiza a legislação em vigor.

A seguir apresentam-se os tópicos referentes ao PPI na construção e proposição das políticas institucionais. O PPI está estruturado nos seguintes tópicos: Inserção regional, Princípios Filosóficos e Técnico-metodológicos, Organização Didático -Pedagógica, Política de Graduação, Política de Pesquisa e Pós-graduação e Política de Extensão.

3.2 Inserção Regional

A Uema ocupa papel importante na difusão de conhecimento técnico-científico, na formação de pessoal, transformação econômica e sociocultural no Maranhão. Desde da sua criação vem por meio das ações de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento do Estado, melhorando os indicadores de qualidade da educação superior, atendendo às demandas da sociedade e de mercado profissional, e elevando o grau de desenvolvimento nas diversas regiões do estado. Possui sede administrativa no município de São Luís e ao longo dos últimos anos tem

experimentado um processo de expansão e interiorização bastante acentuado para todos os níveis e modalidades de educação universitária nas dimensões acadêmica, científico-tecnológica e profissional. Atualmente, a Instituição encontra-se presente em praticamente todo o território maranhense, revelando o seu alcance em território maranhense por meio de 42 (quarenta e dois) polos de educação a distância, 28 (vinte e oito) polos do Programa Ensinar (Formação de Professores da Uema). Há ainda a oferta de cursos tecnólogos pelo Programa de Formação Tecnológica da Uema (PROFITEC).

Nesse contexto, a atuação da Universidade está distribuída nos seguintes níveis:

◆ *Cursos presenciais e a distância de Graduação Bacharelado, Tecnologia e Licenciatura;*

◆ *Cursos técnicos a distância de nível médio na modalidade subsequente;*

◆ *Programa de Formação de Professores nas Áreas das Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias; e*

◆ *Pós-graduação stricto sensu (presencial) e lato sensu (presencial e a distância).*

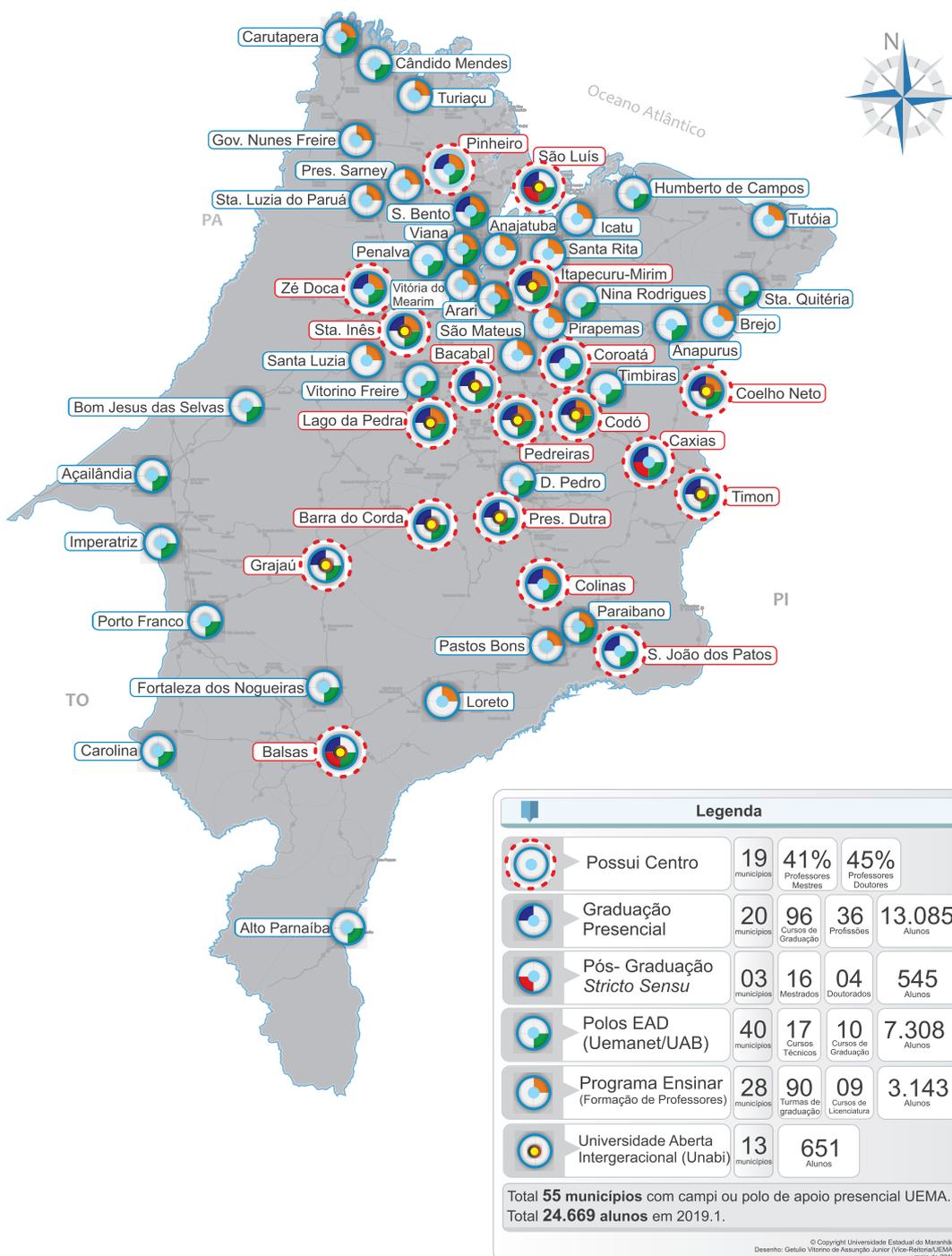
No âmbito da interiorização, a Uema preconiza de sobremaneira contribuir com o desenvolvimento regional, por meio de seus cursos de graduação presenciais e a distância, cursos técnicos, programas de formação de professores e pós-graduação *Stricto sensu* e *Lato sensu*. Apesar dos cursos ofertados atenderem em sua maioria as necessidades de desenvolvimento territoriais, nesse processo de expansão ainda enfrenta problemas de infraestrutura, quadro docente e de servidores.

Presente em 20 municípios, com campus em São Luís e outros 19 campi instalados nas cidades de: Bacabal, Balsas, Barra do Corda, Caxias, Codó, Coelho Neto, Colinas, Coroatá, Grajaú, Itapecuru-Mirim, Lago da Pedra, Pedreiras, Pinheiro, Presidente Dutra, São Bento, Santa Inês, São João dos Patos, Timon e Zé Doca. Além disso, a inserção regional da Uema é multiplicada ao considerarmos, na perspectiva pedagógica, a concentração de 29 polos que atendem a oferta de cursos técnicos na modalidade de ensino a distância vinculados à Universidade Aberta do Brasil (UAB), nos municípios

de Açailândia, Alto Parnaíba, Anapurus, Arari, Barra do Corda, Bom Jesus das Selvas, Carolina, Candido Mendes, Carutapera, Caxias, Codó, Coelho Neto, Colinas, Dom Pedro, Fortaleza dos Nogueiras, Grajaú, Humberto de Campos, Imperatriz, Loreto, Nina Rodrigues, Paraibano, Penalva, Porto Franco, Santa Inês, Santa Quitéria do Maranhão, São João dos Patos, Timbiras, Viana e Vitorino Freire, e do Programa Ensinar, implantado em 43 polos, sendo 17 em Campus e 29 polos de educação

superior instalados temporariamente, com estrutura básica simplificada, nos municípios de Anajatuba, Arari, Brejo, Carutapera, Codó, Coelho Neto, Colinas, Governador Nunes Freire, Icatu, Itapecuru Mirim, Lago da Pedra, Loreto, Paraibano, Pastos Bons, Pedreiras, Pinheiro, Presidente Sarney, Santa Inês, Santa Luzia, Santa Luzia do Paruá, Santa Rita, São Mateus, Turiacu, Tutóia, Viana, Vitória do Mearim e Zé Doca.

Figura 1 - Distribuição Espacial da Uema



© Copyright Universidade Estadual do Maranhão
Desenho: Getulio Vilfredo de Assunção Junior (Vice-Reitor/UEMA maio de 2019)

Na capital do estado, a Universidade está estruturada com quatro Centros de Ciências localizados na Cidade Universitária Paulo VI, os quais constituem o Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais (CECEN), Centro de Ciências Tecnológicas (CCT); Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) e Centro de Ciências Agrárias (CCA). Por sua localização, os cursos oferecidos nestes centros, sempre foram atrativos à população, considerando as melhores condições de infraestrutura e laboratórios, e também onde são ofertados maior número de cursos de pós-graduação stricto sensu com mestrado e doutorado.

O Cecen constitui o maior centro do campus de São Luís, onde são oferecidos os cursos das licenciaturas: Pedagogia, Letras, Matemática, Física, Química, Filosofia, Música, História, Geografia, e Ciências Biológicas, sendo que esses dois últimos possuem também os Bacharelados, todos vinculados aos seus respectivos Departamentos. Esse Centro possui ainda programas de pós-graduação Stricto sensu profissionais e acadêmicos atendendo a públicos variados nas áreas de Educação, Educação Inclusiva, Geografia, Natureza e Dinâmica do espaço, História, Letras e Recursos Aquáticos e Pesca.

No CCT concentram-se as Engenharias: Civil, Mecânica, de Produção e da Computação, além do Curso de Arquitetura e do Curso de Formação Oficial de Bombeiros. Na pós-graduação destaque para o mestrado profissional na área de Engenharia da Computação e Sistemas.

O CCSA oferece o curso de licenciatura em Ciências Sociais, e os bacharelados em Administração Pública e Direito, além do curso de Formação de Oficiais e mais recentemente teve aprovado o Curso de Relações Internacionais. O Centro possui ainda dois programas de pós-graduação, sendo um mestrado acadêmico na área de Cartografia Social e Política da Amazônia e um mestrado profissional na área de Desenvolvimento Socioespacial e Regional.

Na área de agrárias, o CCA oferece os cursos bacharelados em Agronomia e Medicina Veterinária, Engenharia de Pesca e Zootecnia, um curso a distância em Tecnologia de Alimentos, três programas de pós-graduação stricto sensu, sendo dois acadêmicos e um profissional com mestrado e doutorado nas áreas de Agroecologia, Ciência Animal e Defesa Sanitária Animal, respectivamente. Além disso, possui um Hospital Veterinário Universitário e uma Fazenda Escola experimental.

A cidade de São Luís, localizada na mesorregião Norte Maranhense, tem a economia mais rica do Estado, maior contingente populacional estimado em 1.108.975

habitantes (IBGE, 2018), onde se destacam no valor do PIB 2018 as atividades de serviços (R\$16.141.425.510,00), indústria (R\$7.460.217.650,00) e agropecuária (R\$20.396.250,00) (IBGE, 2018), com o valor de R\$219.619.160,00.

Este município destaca-se também na oferta de serviços prestados em educação, atendimento médico-hospitalar, segurança e transporte. Por estes aspectos, exerce polaridade sobre as demais cidades do Estado, sendo um lugar atrativo a novos residentes, em busca de oportunidades de qualificação profissional, emprego, entre outras.

Ainda no norte maranhense, a Uema encontra-se presente no município de Itapecuru-Mirim. Este apresenta PIB-2018 no valor de R\$ 564.546.900,00, ocupando a 22ª posição no ranking estadual, tendo no setor de serviços, a maior participação neste índice com o valor de R\$ 219.619.160,00 (IBGE, 2018).

Considerando a região do Baixo Itapecuru, onde se encontram os municípios de Anajatuba, Vargem Grande, Presidente Vargas, Santa Rita, Miranda do Norte, Matões do Norte entre outros, considera-se que a localização do campus de Itapecuru-Mirim é estratégica, pois, tais municípios, pela proximidade da capital São Luís, apresentam grande dinâmica socioeconômica que demandam a ampliação e diversificação da formação profissional da população.

Observa-se que a região oeste do Estado (municípios banhados pelos rios Gurupi, Turiaçu e Maracaçumé) encontra-se quase que descoberta pela oferta de cursos da Uema, suprida apenas pela presença do Programa Ensinar, nos municípios de Governador Nunes Freire, Zé Doca, Santa Luzia do Paruá e Carutapera e dos cursos a distância, intermediados pelo Núcleo de Tecnologias para Educação em Zé Doca.

Na porção leste do Maranhão, a Uema se faz presente nos campi de Caxias, Timon, Codó, Coroatá e Coelho Neto. Estas unidades de ensino superior contribuem para a qualificação profissional de uma população que ocupa uma região singular no conjunto das paisagens maranhenses, com fundamental importância, pois há a necessidade do conhecimento de tais aspectos singulares, visando à valorização e melhorias das condições sociais, econômicas, políticas e ambientais da mesma.

Alguns aspectos podem ser elencados, como o domínio da Mata dos Cocais, a fundação de algumas vilas, ainda no século XVII, como Caxias e sua riqueza histórica daí

decorrente, o evento da Balaiada, a predominância de tribos indígenas, a presença de escravos para trabalho nas lavouras de arroz e formação da mais numerosa população quilombola do Maranhão, a proximidade à capital do Piauí, Teresina, estabelecendo contatos pela estrada de ferro que ligava as duas capitais e, por fim, a presença do Rio Parnaíba.

Considerando os indicadores socioeconômicos, destaca-se o município de Caxias com PIB de R\$ 1.814.096.140,00 em 2018, ocupando a 8ª posição no ranking estadual, sendo que a maior contribuição neste valor do PIB vem dos serviços, R\$824.066.020,00, seguido pela indústria e agropecuária, respectivamente, R\$220.006.000,00 e R\$43.263.270,00 (IBGE, 2018).

Em Caxias são ofertados os cursos bacharelados na área da saúde como Medicina e Enfermagem, bacharelado em Ciências Biológicas e licenciaturas em Matemática, Geografia, Física, Química. Destaque também para a pós-graduação com o curso de mestrado na área de Biodiversidade, Ambiente e Saúde.

Em seguida, destaca-se o município de Timon com PIB-2018 de R\$1.867.974.130,00, estando na 7ª posição no ranking estadual, sendo que o setor com maior participação é o de serviço com R\$912.537.390,00, indústria, R\$200.176.960,00, e agropecuária R\$20.920.980,00 (IBGE, 2018). Os demais municípios com campus da Uema apresentam indicadores

inferiores aos apresentados e encontram-se nas microrregiões do Baixo Parnaíba, Codó, Caxias e Coelho Neto. A ampliação e melhoria dos campi de formação superior são reforçadas pela necessidade de preservar o ambiente, a cultura e a qualidade de vida da população regional.

Os campi de Santa Inês, Bacabal, Lago da Pedra e Pedreiras representam a Uema na região das bacias hidrográficas do Pindaré, Grajaú e Mearim, que se caracteriza por uma concentração de municípios com menor área territorial e grande contingente populacional. O povoamento dessa área foi motivado pelos ciclos do açúcar (século XIX) e do algodão (século XX). Atualmente, os indicadores socioeconômicos dos referidos municípios demonstram que os mesmos se encontram relativamente bem posicionados no ranking estadual (Tabela1), explicando certa centralidade regional e justificando a possibilidade de qualificação profissional da população.

Conforme os dados da tabela 1, os municípios têm maior valor adicionado no setor de serviços, uma característica constante no território maranhense. A participação da Uema no processo de qualificação profissional ocorre contemplando as áreas da educação, saúde, ciências sociais e humanas, contudo, há necessidade de diversificação de outras áreas, possibilitando a dinamização dos outros setores econômicos

Tabela 2 - Indicadores socioeconômicos de Santa Inês, Bacabal, Pedreiras, Lago da Pedra

Município	Ranking no PIB estadual	VA1 Agropecuária (Mil R\$)	VA1 Indústria (Mil R\$)	VA1 Serviços (Mil R\$)
Santa Inês	1.292.824	9º	65.817	747.859
Bacabal	1.138.527	11º	78.712	614.179
Pedreiras	602.134	19º	65.617	318.841
Lago da Pedra	395.876	33º	17.784	162.805

Fonte: IBGE 2018 / ¹ VA – Valor adicionado.

No Campus de Balsas são oferecidos 4 cursos de graduação incluindo Agronomia, sendo 2 licenciaturas e 2 bacharelados e um programa de pós-graduação a nível de mestrado na área de Agricultura e Ambiente. Este município destaca-se na economia estadual, pelo desenvolvimento do agronegócio da soja, milho e algodão na área de chapadas e cerrados. Tal atividade foi iniciada, a partir da década de 1970, contribuindo para aceleração das transformações de ordem populacionais e espaciais. O PIB-2018 é de R\$3.457.728.270,00 (3ª posição no ranking estadual), apresentando valor de

R\$928.586.860,00 na agropecuária; R\$170.763.990,00 na indústria, e R\$1.633.864.000,00 nos serviços (IBGE, 2018).

Diante destas condições e do contingente populacional, considera-se que a oferta de cursos ainda é restrita, pois, na região Sul Maranhense, esse município tem se tornado cada vez mais importante do ponto de vista econômico, logo a demanda por mão de obra qualificada é uma constante.

Nos campi de Barra do Corda, Grajaú, Presidente Dutra, Colinas, São João dos Patos e Pinheiro, a atuação da Uema se dá na modalidade Presencial com dois cursos. Diante desta situação, cabem estudos socioeconômicos, para conhecer a atual realidade de demanda de conhecimentos necessários ao desenvolvimento da região, e assim promover adequadamente a ampliação ou substituição da atual oferta de conhecimentos, de maneira que seja entregue à sociedade local e regional, conhecimentos que efetivamente agreguem valor a esse desenvolvimento regional, dinamizando assim a presença da Instituição através da oferta de cursos presenciais e a distância ou mesmo, por meio de programas especiais, se esta for a real necessidade, tecnicamente definida.

Considerando os dados econômicos de Grajaú e Barra do Corda, o primeiro apresentou PIB-2018 com valor de R\$751.654.330,00 estando em 16º no ranking estadual. A maior contribuição neste valor do PIB vem do setor de serviços com R\$289.986.560,00, seguido pela agropecuária e indústria, com valores respectivos de R\$114.053.700,00 e R\$59.985.910,00 (IBGE, 2018). Em Barra do Corda, os dados indicam que o PIB apresentou o valor de R\$723.386.000,00 estando no 17º lugar no ranking estadual. A maior contribuição deste valor do PIB veio do serviço, R\$300.270.150,00, seguido pela agropecuária com R\$50.373.000,00 e indústria, com valor de R\$34.917.110,00 (IBGE, 2018).

Há de se considerar também a significativa quantidade de áreas protegidas, reservas indígenas, que por natureza, são conflituosas, demandando atuação de instituições voltadas à conservação ambiental e das comunidades locais, o que direciona à demanda de profissionais com formação específicas nestas áreas, não necessariamente através da graduação.

Em Presidente Dutra, o PIB tem o valor de R\$588.058.000,00, estando em 20º lugar no ranking estadual. A maior contribuição neste vem dos serviços (R\$316.327.220,00), seguido da indústria e agropecuária, com valores respectivos de R\$40.075.470,00 e R\$20.956.750,00 (IBGE, 2018).

São João dos Patos e Colinas são municípios localizados no Sertão Maranhense, região rica historicamente, pois tem origem no processo de povoamento iniciado pela corrente de criadores de gado no século XIX fugidos da seca. Dessa forma, constituiu-se uma comunidade com características bem singulares no conjunto das diversidades maranhenses.

Em São João dos Patos, o PIB-2018 tem o valor de

R\$178.143.000,00, estando em 56º lugar no ranking estadual. A maior contribuição neste valor do PIB vem dos serviços com valor de R\$122.104.940,00, seguido da indústria e agropecuária, com valores respectivos de R\$22.045.140,00 e R\$20.473.350,00 (IBGE, 2018).

Colinas, por sua vez, tem o valor do PIB de R\$383.544.510,00, estando em 34º lugar no ranking estadual. A maior contribuição vem dos serviços com valor de R\$141.861.310,00, seguido da agropecuária e indústria, com valores respectivos de R\$49.784.600,00 e R\$26.872.610,00 (IBGE, 2018).

As cidades de Pinheiro e São Bento encontram-se localizada na Baixada Maranhense, outra região geográfica de singularidade entre as paisagens maranhenses, conhecida pela sazonalidade das águas, formando semestralmente grandes lagos, que favorecem toda a dinâmica das populações ali residentes.

Na Baixada Maranhense um dos aspectos marcantes é a concentração do maior número de afrodescendentes do Maranhão. Muitas terras dessas famílias já estão tituladas como territórios quilombolas, o que as leva a lutas constantes por melhores condições de vida, já que nesta região há significativo número de famílias consideradas pobres.

O município de Pinheiro tem o PIB-2018 com valor de R\$827.467.070,00, 15º no ranking estadual. A maior contribuição vem dos serviços, com valor de R\$412.855.000,58 seguidos da agropecuária com R\$45.201.570,00 e da indústria, com valor de R\$37.095.220,00 (IBGE, 2018). Neste sentido, a priori, a ampliação e diversificação de cursos da Uema seria favorecida pela centralidade do mesmo, havendo benefícios à população da Baixada maranhense nos deslocamentos feitos àquela cidade. São Bento constitui o campus mais novo da Uema, possui também uma fazenda experimental e os cursos Tecnólogos Superiores em Tecnologia de Alimentos, Tecnólogos em Gestão Ambiental e Tecnólogos em Fruticultura presenciais. Neste campus deve ser aperfeiçoado estudo para priorizar a abertura de outros cursos de graduação presenciais e a distância, embora já existam no município alguns cursos na modalidade a distância.

Em São Bento, o PIB tem o valor de R\$274.190.130,00, estando em 52º lugar no ranking estadual. A maior contribuição neste vem dos serviços (R\$97.127.130,00), seguido da indústria e agropecuária, com valores respectivos de R\$11.913.810,00 e R\$11.745.240,00 (IBGE, 2018).

Diante das demandas municipais sinalizadas neste estudo de inserção regional, é possível perceber a princípio, a necessidade de preencher lacunas na formação de profissionais nas áreas das ciências tecnológicas e informática, nas engenharias e gestão de seres humanos, além da diversificação e fortalecimento das licenciaturas, entre outros.

Quando se analisa o papel da Instituição, nota-se que um dos objetivos é promover a sua inserção no Estado, estabelecendo-se em uma configuração geográfica que contribua para esse propósito. Sendo a extensão

territorial do Maranhão a oitava maior do Brasil, isto representa um forte desafio para a Instituição fazer-se presente em todas as microrregiões, ofertando conhecimentos relevantes para o desenvolvimento local, territorial e estadual. Nesse contexto, uma das variáveis impactantes são as grandes distâncias entre as cidades e a vastidão territorial da maioria dos municípios a serem cobertos com a prestação de serviço, devendo ser objeto de detalhada análise, antes da tomada da decisão. O quadro a seguir evidencia as respectivas distâncias entre os campi.

Quadro 7 - Distância entre os campi (km)

MUNICÍPIO	BACABAL	BALSAS	BARRA DO CORDA	CAXIAS	CODÓ	COELHO NETO	COLINAS	COROATÁ	GRAJAÚ	ITAPECURU-MIRIM	LAGO DA PEDRA	PEDREIRAS	PINHEIRO	PRESIDENTE DUTRA	SANTA INÊS	SÃO BENTO	SÃO JOÃO DOS PATOS	SÃO LUÍS	TIMON	ZÉ DOCA
BACABAL	-	548	216	191	126	295	271	100	314	156	58	75	278	179	100	127	375	246	257	164
BALSAS	548	-	354	536	580	637	358	602	243	685	490	512	773	449	597	721	311	776	599	660
BARRA DO CORDA	216	354	-	269	225	370	189	247	120	354	160	172	471	97	293	425	293	444	332	358
CAXIAS	191	536	269	-	99,9	105	201	164	389	271	242	170	433	172	291	385	227	361	67	355
CODÓ	126	580	225	99,9	-	204	223	63,8	346	190	176	105	367	131	225	316	324	297	166	290
COELHO NETO	295	637	370	105	204	-	302	265	490	248	346	274	499	273	395	411	328	365	127	459
COLINAS	271	358	189	201	223	302	-	245	309	351	242	207	513	92	371	465	104	442	264	435
COROATÁ	100	602	247	164	63,8	265	245	-	357	131	151	79	310	153	200	269	348	239	229	264
GRAJAÚ	314	242	120	389	346	490	309	357	-	451	256	278	530	217	355	505	413	542	452	417
ITAPECURU-MIRIM	156	685	354	271	190	248	351	131	451	-	214	186	252	260	156	198	455	117	335	221
LAGO DA PEDRA	58,4	490	160	242	176	346	242	151	256	214	-	71	309	150	131	292	346	304	207	196
PEDREIRAS	75,5	512	172	170	105	274	207	79,3	278	186	71	-	348	116	175	286	311	276	236	239
PINHEIRO	278	773	471	433	367	499	513	310	530	252	309	348	-	421	177	39	616	341	498	113
PRESIDENTE DUTRA	179	449	96,6	172	131	273	92,4	153	217	260	150	116	421	-	279	373	196	350	235	343
SANTA INÊS	99,6	597	293	291	225	395	371	200	355	156	131	175	177	279	-	165	474	246	357	64
SÃO BENTO	127	721	425	385	316	411	465	269	505	198	292	286	39	373	165	-	560	545	290	539
SÃO JOÃO DOS PATOS	375	311	293	227	324	328	104	348	413	455	346	311	616	196	474	560	-	545	290	539
SÃO LUÍS	246	776	44	361	297	365	442	239	542	117	304	276	341	350	246	123	545	-	428	310
TIMON	257	599	332	67,3	166	127	264	229	452	335	307	236	498	235	357	452	290	428	-	421
ZÉ DOCA	164	660	358	355	290	459	435	264	417	221	196	239	113	343	64	153	539	310	421	-

3.3 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TÉCNICO-METODOLÓGICOS

A construção do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) baseia-se nos seguintes princípios: igualdade de condições para o acesso e permanência na Instituição; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e os saberes; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância; valorização do profissional da educação; gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, com participação dos

segmentos da comunidade acadêmica e representantes da comunidade; garantia de padrão de qualidade; e vinculação entre educação, mundo do trabalho e práticas sociais.

Tais princípios devem dialogar com as políticas institucionais transversais como Educação Flexível, Sustentabilidade, Inovação e Internacionalização. Diante das inovações do cenário educacional, é imprescindível

que a Universidade viabilize a implementação de uma educação que se caracterize como flexível e permita a oferta de diferentes formas de possibilidades didáticas e metodológicas e com o uso de recursos e tecnologias educacionais apropriadas, nas quais os estudantes possam ter opções relativas a quando, onde e como a aprendizagem se realizará. A flexibilidade deve ir ao

encontro das necessidades dos estudantes em que se deve identificar padrões e ambientes, assim combinações de mídias e modalidades de ensino, articular-se basilarmente os princípios filosóficos e técnico-metodológicos institucionais, estabelecidos neste PPI e delineados a seguir.

3.3.1 Igualdade de condições para o acesso e permanência na Instituição

Ao considerar como princípio da igualdade de condições para o acesso, a Uema desenvolve ações a fim de garantir a socialização e democratização do ensino superior com a realização de um seletivo de acesso próprio, o PAES (Processo de Acesso à Educação Superior da Uema); a oferta de cursos de licenciatura, bacharelados e de tecnologia nas modalidades presencial e a distância por meio de um sistema de preenchimento de vagas universal e de reserva especial de vagas e também de uma política de isenção da taxa de inscrição ao Paes para alunos egressos do ensino médio em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A ampliação da oferta de cursos na modalidade a distância, bem como dos programas especiais (Programa de Formação Profissional Tecnológica e Programa de Formação de Professores), previstos no PDI, tem garantido a inserção da Uema espaços em carentes de oportunidade de acesso ao ensino superior com a criação de polos nos municípios de todo o Estado do Maranhão. Além disso, a ampliação da política de permanência estudantil, coordenada pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis, articula-se às políticas de graduação para a garantia da diminuição dos números de evasão nos cursos de graduação, coordenada pela Pró-Reitoria

de Graduação, por meio da Divisão de Acompanhamento e Avaliação do Ensino (DAAE/PROG) e da Assessoria de Avaliação Institucional dos Cursos de Graduação da Uema.

As ações afirmativas com o objetivo de intervir e oferecer condições para o acesso e permanência na Instituição, baseia-se em uma política inclusiva. Em 2020, foi criado o SOPP (Serviço de Orientação Psicológica e Psicopedagógica) com o objetivo de oferecer um suporte de serviços em saúde mental a toda comunidade acadêmica, serviço que deve ser permanente relativo ao necessário apoio discente e docente.

Além disso, deve-se primar pela busca do bem comum e a promoção de processos inclusivos em que se deve continuamente identificar quais as barreiras que impedem inclusão dos estudantes sejam elas físicas (arquitetônicas, por exemplo), atitudinais ou comunicacionais.

No âmbito da pós-graduação, no quadriênio previsto neste PDI, pretende-se ampliar a política inclusiva na perspectiva da reserva de vagas na oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*.

• Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e os saberes

A flexibilidade na diversidade de saberes a partir de uma abordagem pedagógica multi, inter e transdisciplinar, fomentada por práticas pedagógicas flexíveis, inovadoras e criativas, a partir de matrizes curriculares modulares, com a integração entre conhecimento geral e conhecimento

específico e entre teoria e prática, que estimule a investigação, reflexão e criticidade, com articulação às questões artístico-culturais e científica, a qual deve permear todas as atividades acadêmicas no âmbito institucional.

• Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas

Ou seja, a diversidade de saberes, metodologias e abordagens pedagógicas na concepção e construção dos PPC, considerando o permanente movimento do

desenvolvimento humano e os diversos pontos de vistas existentes na comunidade acadêmica, a fim de que possa articular-se a esse constante movimento.

• Respeito à liberdade e apreço à tolerância

A Universidade deve estar também atenta a questões como a multiculturalidade, considerar às novas subjetividades sociais e identitárias e à individualidade em uma perspectiva pedagógica, a partir de uma formação mais humanista de cidadãos e cidadãs comprometidos/as com a melhoria da qualidade de vida, igualdade de direitos, respeito à diversidade das formas de apreensão e

produção do conhecimento, cultural e de gênero, e às necessidades físicas, cognitivas e emocionais da comunidade acadêmica; abandono definitivo de práticas e relações sociais discriminatórias e a implementação da prática social de inclusão.

• Valorização do profissional da educação

Deve ocorrer por meio de formação continuada e permanente que estimulem a inovação no processo educacional, o desenvolvimento da criatividade, da capacidade de pensamento e planejamento estratégico para a criação

de novos processos e serviços, além do aprimoramento das habilidades e competências para a gestão didático-pedagógica e administrativa dos cursos.

• Garantia de padrão de qualidade

A ênfase na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, interdisciplinaridade, flexibilização curriculares como processos de construção de conhecimento

e práticas pedagógicas inovadoras, deve ser o princípio para a garantia do padrão de qualidade almejado para os cursos, a partir dos indicadores de qualidade.

• Vinculação entre educação, mundo do trabalho e práticas sociais

Essa vinculação deve ser promovida nos cursos de graduação e de pós-graduação a partir do compromisso institucional em atender e prever as demandas sociais, tecnológicas, ambientais e culturais nas diversas áreas do conhecimento, priorizando práticas comunicativas intensas, interna e externamente à Universidade.

representatividade na sociedade e na sua participação nas transformações sociais.

Nesse sentido, deve-se considerar que, para além da formação profissional para o mercado de trabalho, a principal função de uma Instituição de Educação Superior (IES) é educar o homem para agir e adaptar-se aos mais diversos cenários socioculturais e econômicos, locais, regionais, nacionais e até mesmo globais, preparando-o para construir e contribuir com o processo evolutivo da humanidade. Sob esse fundamento, busca-se o domínio do saber, numa perspectiva crítico-criativa do conhecimento e das ciências, na perspectiva holística das relações socioeducacionais e situações que destas são decorrentes; busca-se a produção de conhecimentos essenciais à conscientização profissional das demandas sociais necessárias ao desenvolvimento local e regional e a responsabilidade que esta institui; além da necessidade de formar um ente de transformação, posto que a identidade da universidade insere-se em sua

Para Tartaruga (2010), no contexto do paradigma da geografia econômica, as universidades têm atribuições específicas para o desenvolvimento dos territórios. Do ponto de vista do ensino, forma mão de obra qualificada nas mais diferentes áreas e requalifica a força de trabalho já inserida no mercado; assim como a partir das pesquisas desenvolvidas em seus laboratórios, centros e grupos de pesquisa, gera novos conhecimentos em ciências básicas, que, não raro, auxiliam no melhoramento de atividades produtivas. Pode-se afirmar que nenhum conhecimento humano se desenvolve fora de um contexto econômico, político e social. Entretanto, o fazer da sociedade não se resume aos “produtos”, não se restringe ao conhecimento científico e tecnológico, de outro modo, vai além do homem, do profissional na sua área específica de atuação. Percebe-se que o desenvolvimento e o progresso passam pela inter-relações de saberes, pela interdisciplinaridade, e nesse sentido, uma IES pode e deve participar de maneira ativa no planejamento e desenvolvimento do futuro da sociedade.

Logo, a Universidade, nesse paradigma da geografia econômica, ao ter como objetivo o desenvolvimento territorial – o que pressupõe a obtenção do bem estar social, da competitividade econômica, da sustentabilidade ambiental e do abrandamento das desigualdades regionais – possui um papel fundamental a partir das suas funções principais: ensino, pesquisa e serviços à sociedade (TARTARUGA, 2010). Nesse cenário, o ambiente universitário é campo fértil para a criação e para a manutenção da inovação e para a geração e difusão de conhecimentos que podem ser aplicados na resolução de problemas da sociedade da qual faz parte.

Para Boa Ventura dos Santos (2008), o sistema de ensino superior já vinha passando por transformações profundas nos processos de conhecimento e na contextualização social do conhecimento, com impactos nas universidades públicas as quais ensejavam uma reforma democrática e emancipatória que permitisse responder criativa e eficazmente aos desafios com que se defrontava no limiar do século XXI.

Duas questões emergem das ponderações de Boa Ventura dos Santos já nos idos de 2008:

I. A economia baseada no conhecimento exige cada vez mais capital humano como condição de criatividade no uso da informação, de aumento de eficiência na economia de serviços e ainda como condição de empregabilidade, uma vez que quanto mais elevado for o capital humano, maior é a sua capacidade para transferir capacidades cognitivas e aptidões nos constantes processos de reciclagem a que a nova economia obriga.

II. as universidades têm de estar ao serviço destas duas ideias mestras – sociedade de informação e economia baseada no conhecimento – e para isso têm de ser elas próprias transformadas por dentro, por via das tecnologias da informação e da comunicação e dos novos tipos de gestão e de relação entre trabalhadores de conhecimento e entre estes e os utilizadores ou consumidores.

Desse modo, o PPI da Uema baseia-se também no desenvolvimento de uma consciência humana, democrática, ética e cidadã voltada para a cultura atual e para a nova forma de produzir conhecimento, uma forma mais holística. Propõe-se a ser o modelo de referencial, de diretrizes e de estratégias dos cursos que a compõem, explicitando a linha de ação que deve ser seguida.

A Uema, com o objetivo de oferecer uma formação ética, humana e emancipadora aos seus estudantes, compreende que a produção do conhecimento se materializa mediante a superação de um modelo de ciência cartesiano, determinado apenas pela racionalidade técnica, que promove a experiência educativa meramente em

um conjunto técnico. É basilar uma concepção de ensino que contemple o caráter integrador do conhecimento, que priorize o equilíbrio entre formação humana e formação profissional. Além disso, o processo ensino e aprendizagem deve ser estabelecido por uma relação dialógica entre estudantes e professores, o que demanda necessariamente uma forma crítica de aprender e ensinar, de compreender o mundo e o contexto em que estudantes e professores estão inseridos, estimulando o exercício da criticidade, pela curiosidade epistemológica e autonomia do estudante (FREIRE, 1997).

Nessa concepção, o pensar e formar profissionais invoca antes de tudo, conceber o ser humano de forma dinâmica e dialética, por meio de uma interlocução que estabelece a possibilidade de interação e de reconhecimento da diversidade. Com as transformações culturais, sociais e científicas da sociedade contemporânea, ocorrendo de forma acelerada, e marcadas pela avassaladora onda das relações globais, a educação superior tem o papel de formar profissionais que pensem e ajam de forma solidária e engajada socialmente, vivenciando a “visão compreensiva de totalidades, sínteses abertas que suscitam a interrogação e a busca” (CHAUI, 2001, p. 193). É necessário, portanto, políticas e ações que possibilitem a interdisciplinaridade e a contextualização dos conhecimentos gerais, tecnológicos, humanos, técnicos, culturais, éticos e estéticos, assim como a pesquisa científica e a interação com as mais diversificadas instâncias sociais.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão deve permear a construção das ações e definir os objetivos da instituição. Assim, esse princípio torna-se a base para a realização de projetos a partir de ações integradas entre todas as instâncias acadêmicas.

Outro aspecto importante a ser considerado diz respeito ao devir de constantes mudanças, novas formas de linguagens com a expansão do uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), em nossa contemporaneidade, e que afeta efetivamente o campo educacional, modificando os paradigmas científicos, a ideia das instituições escolares, as relações, as metodologias em suas formas e linguagens, os currículos e as práticas educativas, ensejando uma educação mais flexível.

Sob a influência da cultura digital, segundo Almeida (2018)

surgem novos modos de expressar pensamentos, sentimentos, crenças e desejos, por meio de uma diversidade de tecnologias e linguagens midiáticas empregadas para interagir, criar, estabelecer relações e aprender. Essas

mudanças convocam a participação e colaboração, requerem uma posição crítica em relação à tecnologia, à informação e ao conhecimento [...].

Um modo de responder a essa demanda é reconhecer que, diante das novas subjetividades e novos espaços de aprendizagem oriundos da sociedade da informação, de acordo com Almeida (2018), urge a necessidade da reinvenção da educação a partir de uma análise das contribuições, dos riscos e das mudanças advindas da interação com a cultura digital, da integração das TDIC, dos recursos, das interfaces das linguagens midiáticas à prática pedagógica, explorar o potencial de integração entre espaços profissionais, culturais, educativos para a criação de contextos autênticos de aprendizagem mediados pelas tecnologias.

A interferência da cultura digital com as mudanças ocasionadas pelo avanço das TDIC, na construção do conhecimento, deve-se pautar os princípios filosóficos

e técnico-metodológicos deste PPI em uma educação que:

ofereça condições de aprendizagem em contextos de incertezas, desenvolvimento de múltiplos letramentos, questionamento da informação, autonomia para resolução de problemas complexos, convivência com a diversidade, trabalho em grupo, participação ativa nas redes e compartilhamento de tarefas. (BACICH; MORAN, 2018, p. 16)

Nesse aspecto, insere-se o conceito de educação flexível, que remete às mudanças necessárias nos processos de ensino e aprendizagem. Para tanto, deve-se considerar alguns elementos cruciais: onde (espaço), quando (tempo) e como (organização curricular) ocorrem esses processos no contexto acadêmico. A educação flexível une o ensino presencial ao ensino mediado e aprimorado por TDIC com a finalidade de agregar o que há de melhor nas duas modalidades.

3.4 EDUCAÇÃO FLEXÍVEL: CONCEPÇÃO E POLÍTICA NA UEMA

A Uema, ao considerar como princípios filosóficos e técnico-metodológicos a garantia de padrão de qualidade; vinculação entre educação, mercado de trabalho e práticas sociais; a igualdade de condições para o acesso e permanência na Instituição; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e os saberes e o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, vislumbra a necessidade da oferta de uma educação aberta, flexível e aprimorada por tecnologia a partir de uma visão de instituição socialmente reconhecida pela formação acadêmica, produção de ciência, tecnologia e inovação, comprometida com a sustentabilidade e a internacionalização. Essa visão de instituição decorre de um contexto socioeconômico e cultural bastante diverso, imerso em mundo em que as interações sociais passaram a ser mediadas por novas tecnologias da informação e da comunicação; característico de uma sociedade da informação oriunda da era da comunicação de massa e suas novas subjetividades (formas diferenciadas de ser, sentir e pensar a si e o mundo) influenciadas pelas mídias comunicacionais, as TDIC.

É possível evocar as máximas freirianas para explicar a necessidade de constante mudança e renovação dos processos educativos, pois como enfatiza Freire (1981, p. 87) “o homem, como um ser histórico, inserido num permanente movimento de procura, faz e refaz constantemente o seu saber”. Além disso, “os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. Portanto, a

concepção das práticas educativas e pedagógicas devem ser continuamente renovadas.

No domínio da educação, sob a ótica de uma reflexão acerca do potencial das TDIC, o filósofo, sociólogo e pesquisador em ciência da informação e da comunicação, Pierre Lèvy (1999, p.158) pontua que a tarefa essencial é a de pensar um “[...] novo estilo de pedagogia, que favorece ao mesmo tempo as aprendizagens personalizadas e a aprendizagem coletiva em rede.”

Em 2020, o cenário imposto pela pandemia da Covid-19, em nível institucional, moveu-nos forçosamente para uma urgente e necessária adaptação, sobretudo docente e discente nos cursos presenciais voltadas ao ensino mediado pelas TDIC, a fim de evitar a propagação e o contágio pelos vírus na comunidade acadêmica.

Apesar de serem constatados desafios, principalmente relativos à formação docente e discente para fazer uso de TDIC em suas disciplinas de modo off-line/on-line, em face do necessário distanciamento social como medida de proteção da proliferação e disseminação da Covid-19, o novo cenário reforçou a importância da ênfase em uma aprendizagem com essas tecnologias, na perspectiva da aquisição do letramento digital e da construção de uma cultura digital na academia a partir de uma experiência colaborativa de ensino e aprendizagem. Essas experiências devem ser aproveitadas de forma mais

efetiva e definitiva, em contexto pós-pandêmico na Uema, e no retorno ao presencial em que não se pode perder de vista a integração dos ambientes de aprendizagem físicos e virtuais, a promoção de combinações de mídias e recursos, o que justifica envidar esforços nessa direção nos cursos presenciais.

Cada vez mais para garantir a sustentabilidade da oferta, sem prejuízo da qualidade, verificam-se as tendências pedagógicas mundiais em face da integração e articulação das TDIC no processo ensino-aprendizagem. Na busca pela melhoria da qualidade de ensino, a Uema considera a educação flexível não apenas como um eixo temático transversal, mas uma estratégia para a definição de suas políticas institucionais.

A “educação flexível” não é uma abordagem recente, uma vez que já vem sendo discutida há mais de duas décadas sob duas principais abordagens complementares: i) quanto à necessidade de reformulação curricular, em respostas às demandas atuais da sociedade por propostas educacionais convergentes, dinâmicas e flexíveis, e ii) quanto à incorporação das tecnologias da informação ao campo educacional, vistas como facilitadoras da aprendizagem e considerando a cultura digital em que as novas gerações estão inseridas.

Em *Flexible Learning in a Digital World*, Collis e Moonen (2001) já afirmavam que estudantes universitários, por exemplo, reivindicavam, há muito tempo, escolhas de cursos a partir de amplo leque de ofertas, em uma variedade de lugares e horários, seleção de recursos na biblioteca entre crescente gama de opções em que a aprendizagem alcança lugares cada vez mais distantes dos ambientes convencionais dos cursos. As autoras, a partir de um exame em que discutem qual é o significado de aprendizagem flexível, propõem que isso pode ocorrer a partir do uso das tecnologias, que oferece múltiplas escolhas e possibilidades, portanto mais flexibilidade. A flexibilidade para as autoras pode ser uma estratégia de melhoria dos cursos, ao deslocar seu foco do ensino para a aprendizagem dos alunos. Para designar essa ampla possibilidade de escolhas por parte dos estudantes, cunhou-se a expressão educação flexível.

Um curso baseado na educação flexível, segundo Collis e Moonen (2001), a partir da análise dos resultados de estudos promovidos pela União Europeia a respeito da organização das opções que uma instituição poderá oferecer aos alunos, deve considerar as seguintes dimensões flexíveis: flexibilidade relacionada a tempo; flexibilidade relacionada a conteúdo; flexibilidade

relacionada a requisitos de entrada; flexibilidade relacionada a abordagem e recursos instrucionais; flexibilidade relacionada à distribuição e logística.

Nesse cenário da contemporaneidade, influenciado pela cultura digital e novos modelos educacionais, e também considerando todas as circunstâncias vivenciadas no contexto da Covid-19 com os desafios para a implementação do ensino remoto, urge repensar e ressignificar as possibilidades dos processos e modelos educativos institucionais nos cursos presenciais, a relação espaço-tempo, bem como os currículos dos cursos, outros ambientes de ensino e aprendizagem, a formação contínua de professores, a concepção de ensino nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, principalmente as questões relativas a articulação do currículo e suas diretrizes a fim de desenvolver práticas de inovação, desenvolvimento humano e social. Para isso, a formação contínua de professores deve enfatizar a promoção de um modelo formativo com o objetivo de permitir a reflexão dos professores sobre a sua prática, de modo a criar condições para uma mudança curricular diferente do modelo tradicional imposto aos currículos vigentes.

Em 2019, o Conselho Internacional para Educação Aberta e a Distância (ICDE, em inglês) produziu o estudo *Qualidade global em educação on-line, aberta, flexível e aprimorada por tecnologia* (Global quality in on-line, open, flexible and technology enhanced education). Com foco na melhoria da qualidade dos cursos ofertados na modalidade a distância, o relatório fornece uma visão geral dos pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças à qualidade educacional na aprendizagem on-line, aberta, flexível e aprimorada pela tecnologia. Três temas emergiram dos panoramas das regiões e países pesquisados: garantia da qualidade, desenvolvimento profissional e percepção social.

A garantia da qualidade decorre, em especial, da capacidade de inovação a partir da percepção de novos modelos educacionais pautados pela relação e percepção das transformações socioculturais. A inovação educativa implica principalmente em uma mudança de paradigma organizacional. Todos os participantes presentes na relação ensino-aprendizagem, como coconstrutores de conhecimento, devem, dessa forma, pressupor uma concepção de currículo como cultura e como algo dinâmico e específico de contextos construídos coletivamente em situações reais. Implica, portanto, em uma mudança de paradigma de quem concebe os currículos dos cursos. Daí a necessidade de pensar-

se em uma formação docente continuada focada em temáticas relativas à inovação e flexibilização pedagógica e curricular, uso de metodologias inovativas (ativas, ágeis, analíticas e imersivas) e tecnologias educacionais como indica Filatro e Cavalcanti (2018), a fim de que se possa garantir a oferta de uma formação profissional mais adequadas às demandas do mundo social emergente.

Deve-se compreender, de acordo com Filatro e Cavalcanti (2018, p.13), que, para além da implementação de “inovações incrementais e disruptivas no campo educacional”, impulsionadas pela evolução tecnológica, a ênfase no protagonismo da aprendizagem dos estudantes

deve ser base para pensar a inovação curricular e didático-pedagógica. Nessa perspectiva, como a Uema pode preparar nossos estudantes e futuros profissionais para atuarem em um mundo em constante mudança, como garantir que estejam aptos a atuar em setores e mercados não existentes? Quais metodologias e abordagens de ensino devem ser adotadas?

Segundo Filatro e Cavalcanti (2018), alguns pesquisadores e professores buscaram essas respostas a partir da proposição de competências que estudantes e profissionais devem desenvolver para que estejam aptos a atuar em um mundo profissional incerto e desafiador.

Quadro 8- Competências fundamentais para profissionais e cidadãos do século XXI



COLABORAÇÃO



SOLUÇÃO
DE PROBLEMAS



PENSAMENTO
CRÍTICO



CURIOSIDADE
E IMAGINAÇÃO



LIDERANÇA
POR INFLUÊNCIA



AGILIDADE E
ADAPTABILIDADE



INICIATIVA E
EMPREENDEDORISMO



COMUNICAÇÃO ORAL
E ESCRITA EFICAZ



ACESSO A INFORMAÇÕES
PARA ANÁLISE

Fonte: FILATRO E CAVALCANTI, 2018, adaptado de WAGNER, 2010.

A seleção dessas competências alinha-se a uma visão a ser considerada na formação profissional almejada e na concepção dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação que adotem uma oferta que se caracterize como flexível. As metodologias ativas, nesse sentido, podem ser adotadas para desenvolver as competências relevantes no século XXI, bem como as diferentes formas de integração entre momentos presenciais e não presenciais, novos espaços e tempos de aprendizagem.

Para implementação de uma oferta que se caracterize como flexível no âmbito da Uema, deve-se inicialmente considerar na organização dos cursos a dimensão espaço-temporal da flexibilidade, ou seja, a possibilidade de oferta de cursos com propostas pedagógicas que vislumbrem diferentes espaços e tempos de aprendizagem aos estudantes. Nessa perspectiva, deve-se contemplar abordagens de ensino que viabilizem a adoção de uma educação flexível na Uema. Uma delas refere-se ao blended learning.

Compreendido como aprendizagem mista ou combinada, ou, mais comumente no Brasil, ensino híbrido, o blended learning consiste em uma proposta de educação formal na qual um aluno aprende, pelo menos em parte, por meio do ensino on-line, com algum elemento de controle sobre o tempo, lugar, modo e/ou ritmo do estudo, e em uma localidade física supervisionada, fora de sua residência (CHRISTENSEN; HORN; STAKER, 2013). O blended learning ou ensino híbrido possibilita, nesse sentido, o incremento e a flexibilização de ensino e aprendizagem por meio das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs).

Nas últimas duas décadas, a Uema vem possibilitando a oferta de uma educação aberta e flexível, por meio da oferta de cursos na modalidade a distância, aumentando assim as oportunidades de acesso à educação superior, em condições sociais igualitárias, oferecendo possibilidades para todos os que encontram barreiras de participar do ensino presencial, quer pela impossibilidade de deslocamento, pela situação geográfica ou pelas limitações financeiras ou temporais, a partir das ações desenvolvidas pelo Núcleo de Tecnologias para

3.4.1 Educação flexível: políticas transversais na Uema

O conjunto das políticas institucionais voltadas para o eixo temático transversal Educação Flexível, bem como os seus objetivos estratégicos e diretrizes, encontram-se representadas no quadro a seguir. As políticas de ensino, em seus diferentes níveis e modalidades, devem levar em conta a missão, a visão e os valores da Uema. Os fundamentos e os princípios que devem orientar as políticas de ensino são: uso de novas tecnologias e metodologias ativas (diversas formas de ensinar e de aprender, sustentadas no reconhecimento da diversidade e no uso de tecnologias para educação); transversalidade e interdisciplinaridade, a partir da compreensão dos fatos e fenômenos

Educação (UemaNet), como segmento responsável pela coordenação e dinamização das ações educativas mediadas pelas tecnologias educacionais. Entretanto, é necessária a mudança de paradigma nos cursos da modalidade presencial quanto à adoção de uma educação flexível com foco nas temáticas das políticas transversais aqui abordadas.

As diretrizes educacionais para o ensino de graduação da Uema, nas modalidades presencial e a distância, devem refletir os princípios filosóficos e pedagógicos delineados neste PPI. Os PPCs devem apresentar um currículo que evidencie a flexibilidade, a indissociabilidade, a integração, a diversidade, habilidades e competências profissionais. A concepção do currículo deve ser contextualizada local e globalmente, circunstanciada e favorável à capacidade da construção do conhecimento do/a estudante de forma contínua e coletiva por meio de diferentes abordagens e metodologias pedagógicas.

e da solução de problemas quanto à temática da sustentabilidade, com o envolvimento de áreas correlatas; da realização de mobilidade e/ou intercâmbio; da adoção de oferta de disciplinas em língua estrangeira; formação continuada discente e docente para qualificação em experiências de integração social e itinerários formativos e uso em novas tecnologias e metodologias; educação flexível e empreendedora e inovação curricular; sistema contínuo de avaliação e avaliação da aprendizagem e formação humanista e inclusiva; e vinculação entre educação, mundo do trabalho e práticas sociais.

Quadro 9 – Políticas Transversais: Educação Flexível

EDUCAÇÃO FLEXÍVEL



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	POLÍTICAS
SOCIEDADE	
1. Ampliar a integração e a interlocução da Uema com a comunidade local e internacional.	<ul style="list-style-type: none"> - Internacionalização dos currículos dos cursos de graduação e do NUCLIN (Núcleo de Línguas); - Instituição de programa de acolhimento e/ou de apoio à permanência de estudantes e professores estrangeiros; - Intercâmbio de alunos e professores da Uema em universidades estrangeiras; - Divulgação do Catálogo Digital de Cursos de Graduação da Uema para as escolas de ensino médio; - Divulgação dos serviços prestados pelos laboratórios e outras unidades em atendimento às demandas da comunidade local; - Ampliação da oferta de cursos de extensão; - Reformulação do site da Uema em formato bilíngue e também torná-lo acessível para as pessoas com deficiência; - Fortalecimento do ensino de línguas estrangeiras com cursos na modalidade presencial e a distância a estudantes, professores e servidores para melhoria das relações internacionais com vistas a criação de parcerias de ensino, pesquisa e extensão.
2. Promover a inclusão social, o desenvolvimento econômico sustentável, a memória cultural, a produção artística e o bem-estar para todos.	<ul style="list-style-type: none"> - Aprimoramento e ampliação dos auxílios e apoios voltados para a permanência dos alunos dos cursos de graduação na modalidade presencial e a distância em situação de vulnerabilidade socioeconômica com fins de melhoria do aproveitamento acadêmico do aluno; - Acompanhamento e contínua avaliação da política de reserva de vagas no PAES; - Flexibilização dos requisitos de entrada nos cursos e percursos pelas trilhas formativas; certificação; aproveitamento de competências entre cursos de diferentes níveis; - Fomento a projetos culturais e de extensão nos campi da Uema; - Ampliação e divulgação de eventos artísticos e culturais e dos acervos de cultura e extensão; - Incentivo à captação de recursos do setor produtivo e das agências de fomento por meio de capacitação e qualificação dos docentes para elaboração de projetos; - Ampliação da prestação de serviços por meio dos laboratórios específicos para captação de recursos.
3. Adotar ações afirmativas em defesa da ciência e da autonomia universitária.	<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecimento dos grupos de pesquisa, suas linhas de pesquisa e a necessária articulação com as demandas sociais do Estado do Maranhão; - Desenvolvimento de programas, projetos de pesquisas e cursos on-line, em diferentes níveis, fortalecendo ações que concretizem o princípio constitucional da igualdade material.
ACADEMIA	
4. Integrar a sustentabilidade, inovação, internacionalização e a educação flexível em todos os cursos.	<ul style="list-style-type: none"> - Fomento à pesquisa e à inovação tecnológica articulada ao ensino e à extensão; - Flexibilização dos currículos dos cursos nas dimensões tempo, conteúdo, abordagem e recursos, organização social e instrucional da aprendizagem, língua e logística tecnológica e educacional com indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão com a inserção; inter e multidisciplinaridade ou transversalidade de temas e articulação entre a teoria e a prática para promoção do processo de ensino e aprendizagem; - Adequação dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação com foco nas diretrizes de qualidade educacional para um aprendizado híbrido, aberto e flexível com a implementação da oferta de componentes curriculares mistos/híbridos (com momentos presenciais e não-presenciais), mediados por meio de um conjunto de possibilidades didáticas e metodológicas e com o uso de recursos e tecnologias apropriados aos ambientes físicos e virtuais de aprendizagem;

EDUCAÇÃO FLEXÍVEL



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	POLÍTICAS
ACADEMIA (CONTINUAÇÃO)	
4. Integrar a sustentabilidade, inovação, internacionalização e a educação flexível em todos os cursos. (Continuação)	<ul style="list-style-type: none"> - Incorporação de recursos educacionais abertos no ensino, na pesquisa e na extensão a partir da adoção de metodologias ativas com uso de tecnologias educacionais; - Adaptação, inovação e integração dos ambientes de aprendizagem físicos e digitais, com as combinações de mídias e recursos a fim de garantir a oferta de educação superior de qualidade, alinhado ao mundo do trabalho e com economicidade e sustentabilidade institucional.
5. Adequar a oferta de cursos às vocações e potencialidades regionais.	<ul style="list-style-type: none"> - Expansão qualificada de novos cursos nas diversas modalidades e de vagas a partir de estudo de viabilidade da oferta de cursos baseados nas demandas, potencialidades locais e regionais e dos perfis profissionais que atendam aos setores de atividades econômicas da região; - Contínua avaliação dos requisitos e das condições de ingresso estabelecidas pelo Processo Seletivo de Acesso à Educação Superior – PAES/UEMA para identificação de estratégias de aplicação de provas com maior alcance de candidatos por meio de tecnologias digitais.
6. Produzir ciência e tecnologia de alto impacto regional e global	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de pesquisas integradas com o setor produtivo, governo e universidade, com vistas a contribuição do desenvolvimento econômico local, regional e nacional.
7. Fomentar a inovação e o empreendedorismo	<ul style="list-style-type: none"> - Estímulo a ações de incentivo ao empreendedorismo e à inovação por meio de eventos no âmbito dos cursos de graduação com a finalidade de geração de empreendimentos pela comunidade acadêmica; - Inclusão de componentes curriculares com temáticas relacionadas à inovação e ao empreendedorismo no núcleo livre dos currículos dos cursos de graduação.
8. Melhorar a qualificação da Uema nas avaliações externas	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de agenda contínua de acompanhamento e de avaliação interna dos cursos de graduação para discussão e proposição de ações de melhoria dos indicadores de avaliação nas dimensões didático-pedagógicas, docente e infraestrutura.
GESTÃO	
9. Aprimorar as práticas de sustentabilidade no âmbito interno.	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de programas de qualificação para docentes, discentes e servidores com sensibilização sobre o desenvolvimento de práticas sustentáveis nos âmbitos econômico, social e ambiental.
10. Melhorar a eficiência e eficácia dos processos internos.	<ul style="list-style-type: none"> - Implementação de normas e rotinas administrativas e acadêmicas com o intuito de tornar os fluxos mais dinâmicos e transparentes por meio de recursos tecnológicos de informação e comunicação; - Implementação do Núcleo Comum em todos os campi do continente para a otimização de componentes curriculares comuns aos cursos e aos centros e também do quadro docente; - Identificação dos cursos com maiores índices de oferta na Universidade para oferta flexível; - Criação de normas, procedimentos e critérios que orientem a oferta flexível dos cursos de graduação.
11. Utilizar os resultados da avaliação do desempenho institucional na tomada de decisões no âmbito acadêmico e de gestão.	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação de estratégias de retroalimentação da autoavaliação institucional na perspectiva de assegurar melhorias do desempenho acadêmico e da gestão.

EDUCAÇÃO FLEXÍVEL



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	POLÍTICAS
COMPETÊNCIA	
12. Aumentar a captação de recursos externos, não governamentais e governamentais.	- Criação de uma cultura empreendedora no âmbito da academia que envolva o ensino, a pesquisa, a extensão, a gestão e a internacionalização, de forma a fomentar recursos públicos e privados.
13. Atrair e valorizar talentos que colaborem com o desenvolvimento da ciência e da gestão.	- Criação de programas que promovam a articulação de pesquisadores para o desenvolvimento de trabalhos colaborativos com órgãos e instituições que possuam competência no âmbito científico e tecnológico; - Incentivo à produção de Objetos Digitais de Aprendizagem (ODA) de autoria interna.
14. Qualificar o corpo docente e administrativo, visando o aperfeiçoamento da gestão e atender as necessidades educativas da Contemporaneidade.	- Fomento de cursos técnicos, cursos de extensão e cursos de graduação com vistas a formação e aprimoramento de servidores técnico-administrativos da instituição e de outras redes de educação, na modalidade presencial ou a distância, a partir das demandas identificadas pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas; - Incentivo à criação de comunidades virtuais de aprendizagem e de repositórios digitais para docentes e técnicos-administrativos a fim de instituir espaços de trocas de experiências exitosas, de saberes, de recursos tecnológicos, de preservação, organização e disseminação de acervos e de informações produzidas que melhorem a prática profissional de docentes e técnicos-administrativos; - Formação continuada com ênfase no planejamento estratégico e operacional, para incorporação e promoção de melhores práticas em termos de mediação docente e o uso de tecnologias digitais em parceria com o Programa Graduação 4.0, a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e o Núcleo de Tecnologias para Educação da UEMA; - Formação no uso de tecnologias para a prática e planejamento pedagógico docente; - Formação e ampliação das equipes gerenciais e técnicas – supervisores pedagógicos e docentes – com vistas ao desenvolvimento de competências docentes específicas para aulas no contexto da educação flexível, bem como ao domínio de ferramentas e recursos digitais necessários para o exercício da prática de ensino e aprendizagem nessa modalidade de oferta.
15. Adaptar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades acadêmicas e administrativas, privilegiando a inclusão, inovação, a sustentabilidade e a educação flexível.	- Investimento na melhoria da qualidade da infraestrutura (velocidade da conexão de internet e configuração da rede interna) e apoio logístico das plataformas digitais institucionais (assistência técnica e aquisição de equipamentos) para a garantia da qualidade do processo ensino-aprendizagem mediada pelo uso de tecnologias digitais e o adequado atendimento a alunos e professores; - Estímulo a utilização das ferramentas digitais disponibilizadas institucionalmente para docentes e discentes como repositório comum a toda comunidade acadêmica de recursos didáticos digitais e de objetos digitais de aprendizagem (ODA).

3.5 SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade no ensino está presente na Constituição Federal Brasileira -CFB de 1988, no texto relativo ao Artigo 214, que visa articular o Sistema Nacional de Educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para

- ◆ I - Erradicação do analfabetismo;
- ◆ II - Universalização do atendimento escolar;
- ◆ III - Melhoria da qualidade do ensino;
- ◆ IV - Formação para o trabalho;

O Conselho Nacional de Educação (CNE) retoma esta questão no Artigo 15 da Lei Federal 9.795 (27 de abril de 1999), que dispõe sobre a educação ambiental, instituindo a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências, no capítulo I, artigo 01º e 03º, a educação ambiental é enfatizada como componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

Ao poder Público, nos termos dos artigos 205 e 225 da Constituição Federal, cabe a responsabilidade de: definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental; promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação e promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente (CNE, 1999). Mais recentemente, com a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável -CNDUS conhecida como RIO + 20, a sustentabilidade voltou à pauta, com a participação de chefes de estados de cento e noventa nações, na qual analisaram e propuseram mudanças sobre os recursos naturais do planeta.

Por meio desse movimento, à educação brasileira foi proposta a inserção da sustentabilidade na formação do discente. O Presidente do CNE em conformidade com o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e com fundamento no parecer CNE/CP n.º 14/2012, publicado no DOU de 15 de junho de 2012, aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental (MEC, 2012, p. 01). Segundo o MEC (2012, p.02), a presente resolução estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental a serem observadas pelos sistemas de ensino e suas instituições de Educação Básica e de Educação Superior, com os seguintes

assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:

- ◆ V - Promoção humanística, científica e tecnológica do País;
- ◆ VI - Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto (CFB, 1988, p. 127-128).

objetivos. A Instituição deve observar e levar em conta o compromisso, o papel socioeducativo, ambiental, artístico, cultural e as questões de gênero, etnia, raça e diversidade que compõem as ações educativas.

Além das normativas da CFB e do CNE o Plano Nacional de Educação – PNE, para o decênio de 2011/2020 estabelece diretrizes no projeto de Lei n.º 8.035/2010 (com vistas ao Artigo 214 da CFB), inciso VI – promoção da sustentabilidade socioambiental (PNE, 2011, p. 01). Por meio dessas iniciativas, o Governo Brasileiro visa ampliar e fomentar o ensino para educação com vistas para a sustentabilidade. Diante do exposto, a Educação para a Sustentabilidade (EpS) tem sido amplamente discutida em documentos do CFB, CNE e recentemente pelo MEC. O tema está em processo evolutivo e as ações tendem a fortalecer as diretrizes e regulamentações.

O trabalho sobre sustentabilidade nas universidades também tem sido evidenciado no Brasil de maneira ainda um pouco tímida, mas há um esforço dos estudiosos da área em procurar compreender como se desenvolvem os currículos, a abordagem das questões ambientais nos cursos de formação profissional, assim como se estrutura a administração da própria instituição com relação à sustentabilidade.

Existem estudos que indicam uma tendência para a inserção das questões ambientais de forma transversal em cursos universitários, inclusive como consequência de mudanças no mercado de trabalho. Para tal, a ambientalização no âmbito da universidade abrange o currículo, a pesquisa, a extensão e a gestão ambiental. Enquanto um processo contínuo e dinâmico, possibilita a transição das universidades para se constituírem como autênticos “espaços educadores sustentáveis”, como preconizam as Diretrizes Nacionais para Educação Ambiental – DCNEA (BRASIL, MEC-CNE, 2012).

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (Lei de Diretrizes e Bases - LDB 9.394 de 1996), em seu capítulo I, subitem 1.1: “Os princípios e objetivos da Educação Ambiental se coadunam com os princípios gerais da Educação contidos na Lei 9.394, de 20/12/1996 (LDB) que, em seu Artigo 32, assevera que: (...) II – a compreensão do ambiental natural e social do sistema político, da tecnologia das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade”.

Uma educação crítica, transformadora por meio de conhecimentos científicos sobre o ambiente natural, a fim de que no futuro se possa atuar de maneira consciente das necessidades planetárias, a sustentabilidade é tema de discussão e reflexão, acerca da atuação das universidades e outras IES, responsáveis pela formação de profissionais nas mais diversas áreas de atuação em duas perspectivas, quanto às estruturas de ensino com embasamento sólido nos problemas de desenvolvimento sustentável e também como atuam em sua gestão administrativa para atenuação dos impactos derivados dos seus diversos procedimentos e instalações. Essas questões são relevantes para o efetivo estudo sobre as práticas, as políticas institucionais e perspectivas relacionadas ao desafio que se colocam para o ser humano quanto à sua permanência no futuro em um ambiente não degradado e preservado para a continuidade da vida no planeta.

Os formadores/acadêmicos de professores do ensino superior incorporavam a educação para a sustentabilidade na aprendizagem por meio de uma revisão de literatura sistemática, detectando abordagens pedagógicas diferentes. Os autores denotam que a base de investigação nesta área ainda é muito pequena mesmo considerando que o campo ainda é muito novo (EVANS et al., 2017). Uma abordagem interdisciplinar é importante para a educação do desenvolvimento sustentável, de maneira a perceber perspectivas diferentes de sustentabilidade, assim como a responsabilidade social corporativa e os

princípios para a educação responsável em gestão que elucidam, por meio de um estudo de caso, como os alunos são estimulados a combinar o conhecimento de todas as disciplinas favorecendo sua compreensão e ação sobre desenvolvimento sustentável (ANNAN-DIAB et al., 2017).

A Educação para a Sustentabilidade no Ensino Superior representa um novo desafio para o sistema acadêmico, uma vez que muitas universidades têm realizado atividades para a sua implementação, e vários estudos de caso, bem como estudos sobre as barreiras dos processos, documentos, diretrizes, com objetivo da busca de novos desafios e novas metodologias para a inserção da sustentabilidade nos currículos (BARTH E RIECKMANN, 2012). Resoluções da Organização das Nações Unidas (ONU) e conceitos da teoria construtivista de Jean Piaget (1896-1980) que para caracterizar o processo de EpS no Ensino, de maneira transversal, é necessário desenvolver o discente em cinco dimensões: a consciência; conhecimento; atitude, capacidade e participação. Esses pilares são fundamentais para o desenvolvimento da EpS, já que a educação para uma sociedade sustentável deve estar centrada nos estudantes e no desenvolvimento de sua autonomia, juntamente com a produção cultural e de conhecimento, para a formação de discentes com pensamento coletivo (NOBRE, MENEZES E FREGA, 2012).

As práticas atuais de ensino na gestão sustentável estão repletas de fatos científicos, ferramentas analíticas, modelos de otimização e técnicas de gestão, destacando que um dos pilares para a aprendizagem da sustentabilidade na educação é a pedagogia da paixão com o objetivo de auxiliar os estudantes a compreenderem e resolverem problemas. Para esse mesmo autor, a paixão para a sustentabilidade pode ser ensinada utilizando uma pedagogia holística que integra a aprendizagem física e emocional ou espiritual, com o cognitivo (intelectual) de aprendizagem tradicional, sobre o manejo sustentável (SHRIVASTAVA, 2010).

3.5.1 A Política Estadual de Educação Ambiental no Maranhão e o papel da Uema

A Lei n.º 9.279 de 20 DE OUTUBRO de 2010, institui a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema Estadual de Educação Ambiental do Maranhão. Em seu Art. 13 - No âmbito da sociedade e das demais instituições públicas e privadas, compete:

I – Às Instituições de Ensino Superior:

a) apoiar, promover e desenvolver a educação ambiental de forma transversal no currículo escolar e integrá-la como

prática educativa contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal;

b) promover a formação inicial para a Educação Ambiental nas licenciaturas e curso de pedagogia;

c) desenvolver pesquisas e extensões sobre metodologias voltadas ao aprimoramento da abordagem da Educação Ambiental,

bem como sobre práticas e tecnologias sustentáveis;

d) apoiar as políticas de formação e a elaboração de materiais didáticos e educativos relacionados à abordagem da questão socioambiental.

II – Às Instituições educativas da rede pública e privada promover a Educação Ambiental de maneira transversal e interdisciplinar integrada aos programas educacionais que desenvolvem;

III – Aos setores licenciadores e aos empreendedores licenciados realizarem a educação ambiental no processo de licenciamento, assim como no planejamento e execução de obras, nas atividades, nos processos produtivos e outras atividades de gestão ambiental;

No Art. 20 - A partir desta Lei, as instituições de ensino superior que ofertem cursos de licenciatura e pedagogia são obrigadas a criar disciplina ou atividade curricular na formação, especialização e atualização dos educadores de todos os níveis e modalidades de ensino e dos professores de todas as áreas, de maneira a esclarecer o papel transversal e interdisciplinar da Educação Ambiental em todas as disciplinas aplicadas a educação formal básica.

No parágrafo 3º diz que as instituições de ensino superior deverão ser incentivadas a participar da elaboração de materiais educacionais regionais e contextualizados ao meio ambiente e culturas locais. Destaca ainda no Art. 21 - A dimensão socioambiental deve permear os currículos dos cursos de formação superior, em todos os níveis e em todas as disciplinas.

A Uema, ao longo da sua existência, vem contribuindo por meio de suas atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão, no que diz respeito à gestão socioambiental, uma prática exigida das organizações que objetivam promover uma consciência em relação ao uso dos recursos naturais (BRAYKOWSKI; BEM; MORIGI, 2015). Para a execução de programas, projetos e ações, a Uema aderiu a A3P, em 2015, visando à sensibilização para a otimização da gestão adequada dos resíduos e conservação do ambiente permitindo assim, a redução dos impactos socioambientais negativos na Instituição.

Entre as ações desenvolvidas estão a criação da Comissão de Educação Ambiental em 2010, que objetivava implantar a política de Educação Ambiental na Universidade (Portaria n.º 4/2010). O ano de 2012 foi instituído como sendo o Ano de Educação Ambiental da Uema; um ano

depois (2013) foi instituída a Comissão Permanente de Educação Ambiental (COPEA), com o objetivo de agregar cada vez mais as ações desenvolvidas pela instituição. Outra ação relevante foi a realização de reuniões nos vários campi para a formação de Comissões de Educação Ambiental (RIBEIRO; ALMEIDA, 2016).

Para agregar o que já estava sendo feito de forma pontual e isolada nos vários campi, a Reitoria instituiu a Assessoria de Gestão Ambiental (AGA), como um órgão hierárquico responsável pelo gerenciamento ambiental institucionalizado. De acordo com o Plano de Ação da Assessoria, uma de suas metas é a implementação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), que envolva todos os segmentos da Universidade na resolução de problemas socioambientais, e que vise atingir a sustentabilidade socioambiental por meio da manutenção dos sistemas naturais (AGA, 2015).

O SGA é estruturado em três programas principais: Educação Ambiental para a Sustentabilidade; Impactos Ambientais e Certificação Ambiental. Em 2015, a Uema aderiu a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), um programa do Ministério do Meio Ambiente (MMA) que objetiva estimular os órgãos públicos do país a implementarem práticas de sustentabilidade (MMA, 2009).

Com base na A3P, todos os projetos e ações da Assessoria são estruturados nos seis eixos temáticos: Uso dos recursos naturais; Qualidade de vida no ambiente de trabalho; Sensibilização dos servidores para a sustentabilidade; Compras sustentáveis; Construções sustentáveis; e Gestão de resíduos sólidos. O objetivo principal é construir uma nova cultura institucional na inserção de critérios e princípios socioambientais na Universidade, por meio de iniciativas e projetos que possibilitem a mudança de comportamento e a internalização de atitudes ecologicamente corretas nas suas atividades rotineiras.

Todos os projetos/ações desenvolvidos no Campus Paulo VI - São Luís, são estendidos as 19 Comissões da AGA presentes nos diversos campi da Uema, a saber: Pinheiro, Coroatá, Presidente Dutra, Pedreiras, Caxias, Codó, Coelho Neto, Santa Inês, Itapecuru Mirim, São João dos Patos, São Bento, Grajaú, Lago da Pedra, Zé Doca, Timon, Barra do Corda, Colinas, Bacabal e Balsas.

A gestão ambiental na Uema, tem seus projetos inseridos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que para o quinquênio 2016 a 2020 (UEMA, 2016, p. 74-75), tem como atuação uma série de proposições, a serem implementadas em conjunto com as demais instâncias da Instituição, pensadas da seguinte maneira:

- ◆ *Revisão dos projetos dos cursos de graduação a fim de identificar possíveis aberturas para a inclusão de disciplinas específicas relacionadas ao debate ambiental;*
- ◆ *Criação de cursos voltados para as necessidades de formação de profissionais que atuem diretamente com tais questões ambientais;*
- ◆ *Incentivo aos projetos de extensão cujo trabalho universitário contribuirá diretamente com a comunidade intrauniversitária e externa;*
- ◆ *Garantia de condições para o desenvolvimento de pesquisas nas áreas das ciências ambientais e interdisciplinares;*

- ◆ *Adoção de sistemas e parâmetros em consonância com uma racionalidade ambiental;*
- ◆ *Consolidação de uma instância institucional responsável para acompanhar e desenvolver projetos que visem melhorar a dimensão ambiental em níveis de abrangência e profundidade;*
- ◆ *Estabelecimento de parcerias com outras instituições sociais locais, nacionais e internacionais para potencializar e aperfeiçoar os instrumentos e canais de atuação; e*
- ◆ *Desenho e implemento de um ambiente adequado e esteticamente agradável em conformidade com as condições climáticas e naturais em conjunto com a comunidade universitária nos diversos campi.*

Em 2020 instituiu-se a Superintendência de Gestão Ambiental e atualmente, com o apoio determinante da Assessoria Especializada na Articulação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS/UEMA - 2021), fortaleceram a interlocução institucional em prol da implantação das perspectivas formais em atendimento pleno às legislações existentes relativas à implementação da

transversalidade da Educação Ambiental em todas as modalidades trabalhadas pela Uema, com apoio irrisório das Pró-Reitorias fins de Graduação, Extensão e Assuntos Estudantis e Pesquisa e Pós Graduação. A Política de Sustentabilidade será tratada detalhadamente no Eixo 6 do documento em tela.

3.6 INOVAÇÃO

Pensar em como a Inovação pode ser inserida como temática transversal às políticas institucionais, requer entender conceitos objetivos do que é inovação. Para Toivonem e Tuominen (2009), a inovação é um sistema de desenvolvimento e implantação de uma novidade, incluindo novos processos de desenvolvimento de ideias, novas tecnologias e novos produtos, arranjos ou processos. Segundo Schumpeter (1934), o processo dinâmico no qual o desenvolvimento econômico é dirigido pelos impactos das inovações tecnológicas, denomina-se destruição criadora, que se caracteriza por novas tecnologias que substituem as antigas, contrariando a ideia de equilíbrio geral da economia, descrita na teoria neoclássica. Inovação não é apenas um termo técnico voltado para a tecnologia; refere-se, também, às dimensões sociais e econômicas (SCHUMPETER, 1982).

Nas últimas décadas, o Brasil evidenciou relevantes mudanças no aspecto das políticas de suporte à inovação. Essas mudanças vieram por meio da Lei de Inovação (Lei n.º 10.973 de 2004) que regulamentou a atividade de pesquisadores de instituições públicas em projetos fomentados com empresas e autorizou a comercialização dos produtos tecnológicos provenientes dessa parceria.

A Lei do Bem (Lei n.º 11.196 de 2005) também colaborou ao possibilitar maior abrangência e desburocratizar a

aplicabilidade de incentivos fiscais para investimentos privados em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Nesse contexto, segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2017), ficou evidenciado que foram feitos investimentos significativos em Ciência e Tecnologia (C&T), mas de forma pulverizada e sem um sentido de construção de um sistema competitivo.

A Uema apresenta importante potencial inovador, pois está inserida num ecossistema forte nos quais se destacam quadro docente capacitado, significativo número de grupos de pesquisa e uma agência de inovação. O aproveitamento desse potencial aliado a ações de gestão da inovação: inserção de indicadores de inovação no PDI, uso de roadmap para definir linhas de pesquisa, inclusão de disciplina de Projetos Inovadores na grade curricular, formulação de editais com critérios de produtividade tecnológica e inovadora, alocação de servidores qualificados no setor e uso de um módulo no SigUema que agilize e auxilie o acompanhamento dos projetos, tendem a fortalecer a cultura de inovação para que a Uema atinja maior maturidade nesse processo.

A incorporação da política transversal de Inovação nas políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão, deve se estabelecer como um de seus pilares fundamentais à promoção da inovação tecnológica no âmbito de todo o seu plano de desenvolvimento,

pautando todos os objetivos estratégicos em ações que fomentem as políticas e programas de apoio à inovação, para que assim, a Uema possa alcançar um novo patamar de desenvolvimento econômico sustentável e reduzir a defasagem tecnológica que tem afastado a Universidade de rankings importantes.

Como estratégia de inserção da temática transversal da inovação na Uema, além da expansão e aperfeiçoamento dos programas de pesquisa e extensão, é importante o estímulo ao empreendedorismo como elemento indutor do crescimento econômico intensivo em conhecimento. No novo mapa estratégico do PDI da Uema, destaca-se a premissa de fortalecer e ampliar atividades de pesquisa aplicada e inovação tecnológica. Dessa forma, pode-se fortalecer os indicadores capazes de acompanhar o desenvolvimento de tão importante tópico.

Dessa forma, a Agência de Inovação e Empreendedorismo

da Uema (MARANDU), apresenta subsídios relevantes à construção do planejamento institucional. O programa engloba 04 (quatro) aspectos capitais, para a consolidação da política de inovação da Uema, criada em 2019, no intuito de resgatar a competitividade da Universidade junto ao mercado e ante outras IES locais e nacionais, explicitados no quadro a seguir.

Importante destacar ainda que, além das ações de iniciativa própria, a Marandu encontra-se plenamente engajada no ecossistema local de inovação, participando de todas as ações realizadas no estado do Maranhão, e em algumas outras unidades da federação, no intuito de fortalecer a Uema como protagonista nesses novos tempos, tendo como parceiros diretos o Governo do Estado do Maranhão, por meio da Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação (SECTI) e do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Maranhão (SEBRAE).

Quadro 10 - Propostas de fortalecimento das ações da Agência Marandu

N.º	PROPOSTAS FORMULADAS	ATORES	RESULTADOS ESPERADOS	STATUS
1	Proposta para a implementação da disciplina empreendedorismo, em todos os Cursos da Uema.	Pró-Reitoria de Graduação; Marandu, Centros e Campi.	Geração de alternativas de mercado de trabalho para os novos egressos através do empreendedorismo, e não apenas via concurso público; Estímulo à criação de startups na Uema, capazes de contribuir com a sociedade com inovações, e produzirem trabalho e renda aos seus fundadores; Aumentar o número de inventos e de registro de patentes de Propriedade intelectual, elevando a Uema no Ranking nacional.	Em desenvolvimento, prevista a conclusão para 30 de abril de 2021.
2	Criação da incubadora de base tecnológica no âmbito da Uema.	Marandu; Sebrae; Centros e Campi.	Disponibilização de abrigo técnico para a consolidação como empresas, das startups criadas na Uema, como também no âmbito da sociedade local, através do fornecimento de mentorias e consultorias, capazes de darem sustentabilidade a esses novos empreendimentos.	Resolução de criação concluída, e em poder da Reitoria para análise e direcionamentos. Prazo de implementação: A critério da Reitoria.
3	Programa de incentivo e apoio a projetos inovadores.	Reitoria; Marandu, Centros e Campi	Produção científica estimulada financeiramente; surgimento de projetos inovadores; aumento da contribuição da Universidade com o desenvolvimento do Maranhão, através da potencialização de tecnologias inovadoras capazes de contribuir para solucionar problemas da nossa sociedade.	Edital minutado. Encaminhamento à Reitoria até o dia 15 de abril de 2021.
4	Programa de realização de Rodadas de negócios de tecnologias inovadoras dos inventores da Uema.	Marandu, Centros e Campi.	Investidores e sociedade em geral, conhecendo as oportunidades de investimentos em tecnologias inovadoras, geradas na Universidade e com escalabilidade; Valorização da produção tecnológica da Universidade e consolidação da Uema como Instituição capaz de gerar soluções inovadoras do interesse da sociedade.	Programa em construção. Sua materialização depende do surgimento de novas criações no âmbito da Universidade, que possam dar volume a uma ação de mercado como esta.

No contexto da contribuição social e amparados pela Visão e Missão da Uema, na busca entre o real e o desejável, acredita-se que a definição de indicadores de desempenho personalizados e incluí-los no PDI, contribui para o fortalecimento da inovação como eixo transversal às políticas institucionais. Além de contribuir para a construção de ações que ajudem a otimizar os

recursos aplicados em projetos de PD&I, práticas de sensibilização da cultura da inovação, automatização de sistema de acompanhamento e o uso de plataformas de gestão tecnológica. Alcançados esses resultados, estima-se que poderão influenciar positivamente, dando mais visibilidade à atuação da Agência de Inovação da Uema.

3.7 INTERNACIONALIZAÇÃO

Objetivando impactar as atividades acadêmicas, visibilidade e destaque no cenário internacional frente aos complexos desafios globais, diversidade sociocultural e linguística, a Uema aprovou o Plano de Internacionalização Institucional (2021-2023), Resolução n.º 1445 - CEPE/UEMA de 14 de dezembro de 2020, direcionando políticas institucionais, diretrizes, objetivos

e ações voltadas para os cursos de graduação e pós-graduação, aprimorando a qualidade de ensino, pesquisa e extensão, de forma a contribuir com a expressão da Uema, compartilhar o conhecimento e colaborar com a formação de recursos humanos capacitados e preparados para atuarem no cenário global.

3.7.1 Eixos Estratégicos

Para a implementação do Plano de Internacionalização, foram priorizados eixos estratégicos, visando a inserção da Uema no contexto internacional em consonância com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) adotados pelas Nações Unidas (2015), tornando um ambiente receptivo a pesquisadores, docentes, discentes e técnicos de instituições estrangeiras, capaz de enviar esses mesmos atores, de forma a interagir e permutar conhecimentos durante a realização de atividades conjuntas.

Dessa forma, as ações de ensino, pesquisa e extensão, atualmente desenvolvidas pela Uema, foram relacionadas aos ODS para que se tenha um ponto de partida do processo de internacionalização. A ideia é entender o contexto acadêmico envolvendo o ensino, a pesquisa e a extensão, além da capacitação linguística e atuação dos setores administrativos (a Superintendência de Relações Internacionais), de modo a promover melhores oportunidades, potencializar as cooperações já estabelecidas e buscar novas parcerias para consolidação do processo de internacionalização.

Figura 2 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



(Fonte: <https://brasil.un.org>)

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável elaborados pela ONU visam dar sustentabilidade global, focando na paz e prosperidade, assim como nas pessoas e no planeta. A parceria global da ONU reconhece que são necessárias ações para “um curso global de ação para acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar para todos, proteger o meio ambiente e enfrentar as mudanças climáticas”.

- ◆ *Garantir e melhorar a educação como direito universal do ser humano;*
- ◆ *Reduzir as desigualdades em todos os níveis da sociedade;*
- ◆ *Permitir crescimento econômico;*
- ◆ *Fomentar na formação de agentes de mudança local;*

Nesse sentido, considerando a indissociabilidade do Ensino, da Pesquisa e da Extensão universitárias previstas no Art. 207 da Constituição Federal, a Uema reconhece a sua responsabilidade nesse esforço internacional para o desenho e realização de estratégias que permitam:

- ◆ *Produzir de conhecimentos que permitirão às gerações futuras superar os desafios que ainda virão pela frente;*
- ◆ *Estabelecer um plano de metas de expansão de acordos internacionais e programas e ações de cooperação internacional com governos, empresas, universidades e centros de pesquisa no exterior.*

A Uema, portanto, está entrando em uma nova fase de internacionalização e de maturidade, que reflete novos objetivos e metas. Nessa nova fase, destaca-se o compromisso em reforçar um perfil internacional e uma visão no sentido de tornar-se uma universidade de excelência com a contribuição de todos os povos do mundo a fim de aprender, pensar e trabalhar juntos. Faz parte da responsabilidade, enquanto educador, preparar estudantes e pesquisadores para participar da sociedade multicultural e ajudá-los a se tornar cidadãos globais no futuro, porque todo esse conjunto de pensadores vai fazer parte de um mundo aberto, sem fronteiras, e sua

capacidade de compreender e interagir nesse mundo – com mente aberta – está sendo construída agora, na Universidade.

No campo da produção de conhecimento, a Uema entende a oportunidade de relacionar seus centros de excelência aos ODS que possuem relações diretas, de modo a criar um ponto de partida e metodologias que permitam convergir a pesquisa e a formação de recursos humanos com as metas estabelecidas pela ONU para 2030:

Quadro 11 - Relação das áreas de excelência identificadas na Uema aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas para 2030

Áreas de excelência na Uema	Temas	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
CIÊNCIAS AGRÁRIAS	Agricultura e ambiente Agroecologia Ciência animal Defesa sanitária animal Recursos Aquáticos e Pesca	2, 12, 13, 14 e 15
INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E DE MATERIAIS	Engenharia aeroespacial Engenharia de Computação e Sistemas	4, 9 e 11
CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO	Educação História Letras Matemática	4,10 e 16
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE	Biodiversidade, Ambiente e Saúde Biodiversidade e Biotecnologia	14 e 15
DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO	Cartografia Social e Política da Amazônia Desenvolvimento Socioespacial e Regional Geografia, natureza e dinâmica do espaço	1, 2, 5, 6, 8, 10, 11 e 16

3.7.2 Ensino de Graduação e Pós-Graduação

Na parte de ensino, a Uema entende a fundamental importância de viabilizar a presença de estudantes e professores estrangeiros dentro de sala aula, bem como o ensino de idiomas como segunda língua para que os egressos da Universidade estejam aptos a atuar

profissionalmente em ambientes multiculturais.

Para tanto, abaixo são listadas as estratégias a serem adotadas e os objetivos, ações e prazos detalhados:

- ♦ Possibilitar a mobilidade docente e discente para instituições parceiras internacionais, de forma a aumentar o fluxo no âmbito da graduação e pós-graduação;
- ♦ Inserir a Uema em editais dos programas: Projeto de Cooperação Brasil-França (BRAFITEC) e Programa Brasil França Agricultura (BRAFRAGRI), e outros para fomento a intercâmbio entre Instituições de ensino superior, que propiciam a participação de discentes de graduação da área das engenharias e agrárias, respectivamente, por meio de projetos coordenados por docentes dos programas de pós-graduação e com participação de instituições nacionais e internacionais;
- ♦ Estimular a participação de discentes de graduação e pós-graduação, em editais de agências de fomento e empresas transnacionais visando estágios internacionais ou cursos de curta duração;
- ♦ Realizar adequações nos componentes curriculares dos cursos de graduação e pós-graduação, objetivando o aproveitamento de créditos de disciplinas cursadas no exterior;
- ♦ Incentivar a participação de alunos de graduação e pós-graduação da Uema em eventos no exterior;

- ♦ Estimular a participação de alunos estrangeiros nos cursos de graduação e pós-graduação, por meio da visibilidade de informações bilíngues nas páginas dos respectivos cursos;
- ♦ Criar políticas e ações para atração dos alunos estrangeiros nos cursos de pós-graduação;
- ♦ Estimular a participação de professores visitantes de instituições estrangeiras nos cursos de graduação e pós-graduação, por meio de políticas e ações específicas de captação de docente externo;
- ♦ Criar resoluções visando a implementação de acordos acadêmicos internacionais de incentivo a cotelas e a dupla diplomação concretizando a cooperação entre instituições parceiras;
- ♦ Apoiar e implementar ações que possibilitem a elevação dos conceitos dos cursos de pós-graduação para 5 e 6, pela avaliação da Capes;
- ♦ Utilizar ferramentas educacionais (EaD) como forma de facilitar a mobilidade virtual e propiciar a internacionalização dos cursos;
- ♦ Criar e consolidar programas de Intercâmbio Acadêmico Internacional na graduação e pós-graduação, como bolsa-sanduiche, curso de curta duração, visitas técnicas e estágios nas diferentes áreas do conhecimento.

Quadro 12 - Objetivos, ações e prazos para internacionalização da graduação

Objetivos	Ações	Prazo
1. Mapear, potencializar e publicizar amplamente oportunidades e iniciativas de internacionalização para estudantes de graduação no âmbito do Censo Uema.	1.1 Levantamento das ações de internacionalização realizadas pelas unidades acadêmicas;	Curto Prazo (2021-2021)
	1.2 Levantamento dos professores de outras nacionalidades atuantes nos cursos de graduação, bem como de suas relações com instituições e redes internacionais para potencializá-las, inclusive por meio do estímulo à integração de estudantes em iniciação científica ou extensionistas;	Médio Prazo (2021-2022)
	1.3 Levantamento das áreas do conhecimento e destinos institucionais de maior interesse dos estudantes de graduação para fins de mobilidade internacional EaD ou presencial;	Médio Prazo (2021-2023)
	1.4 Disponibilização de página web do Decanato de Ensino de Graduação (DEG) em inglês e espanhol. Política Linguística (PL);	Médio Prazo (2021-2022)
	1.5 Ampliação dos editais de apoio para a participação de estudantes em eventos internacionais de curta duração (exemplo intercâmbio ou mobilidade virtual). – PL;	Médio Prazo (2021-2023)
	1.6 Firmação de parcerias e captação recursos para investimento em ações de internacionalização.	Médio Prazo (2021-2023)

Quadro 12 - Objetivos, ações e prazos para internacionalização da graduação (Cont.)

Objetivos	Ações	Prazo
2. Criar a oferta de cursos com dupla titulação.	2.1 Estímulo e apoio à harmonização curricular entre cursos similares de instituições parcerias no exterior;	Curto Prazo (2021-2021)
	2.2 Promoção de criação de cursos com cursos com dupla titulação.	Médio Prazo (2021-2022)
3. Ofertar disciplinas em outras línguas nas modalidades presencial ou EaD.	3.1 Mapeamento de disciplinas e/ou cursos com potencial para oferta internacional, inclusive na modalidade EaD (mobilidade ou intercâmbio virtual) – PL;	Médio Prazo (2021-2022)
	3.2 Estabelecimento de padrões institucionais para a oferta de disciplinas e/ou cursos internacionais, inclusive na modalidade EaD;	Médio Prazo (2021-2022)
	3.3 Tradução de conteúdos didáticos para oferta internacional de disciplinas e/ou cursos na modalidade EaD – PL.	Médio Prazo (2021-2022)

Quadro 13 - Objetivos, ações e prazos para internacionalização da pós-graduação

Objetivos	Ações	Prazo
1. Melhorar a qualidade da formação dos discentes, com vistas à excelência acadêmica e à internacionalização.	1.1 Preparação linguística dos estudantes de pós-graduação (por meio do ensino da língua inglesa e de outras) para atuar em projetos internacionais de pesquisa, e para possibilitar a comunicação em disciplinas, laboratórios e ambientes comuns nos campi da Uema, frequentados por pesquisadores internacionais. – PL;	Longo Prazo (2021-2023)
	1.2 Oferta de disciplinas e cursos de curta duração ministrados em idiomas como inglês, espanhol e francês, em nível de pós-graduação – PL;	Longo Prazo (2021-2023)
	1.3 Estímulo e apoio para a ampliação das cotutelas;	Longo Prazo (2021-2023)
	1.4 Atração de docentes internacionais (visitantes) com alto desempenho acadêmico, para atuação em PPGs da Uema;	Longo Prazo (2021-2023)
	1.5 Reconhecimento de créditos e de atividades acadêmicas realizadas por discentes nas instituições no exterior.	Curto Prazo (2021-2021)
2. Melhorar a visibilidade da Universidade, inclusive em rankings internacionais.	2.1 Tradução das páginas web dos PPGs – PL;	Médio Prazo (2021-2022)
	2.2 Intensificar a divulgação de resultados de pesquisa em congressos, simpósios e revistas internacionais de alto impacto – PL;	Longo Prazo (2021-2023)
	2.3 Elaboração e lançamento de editais de apoio à publicação de artigos em revistas de alto padrão científico.	Longo Prazo (2021-2023)
3. Ampliar a presença de estudantes de outras nacionalidades na UEMA.	3.1 Lançamento de editais específicos para seleção de estudantes de outras nacionalidades, com ampla divulgação em universidades e redes de pesquisa internacionais;	Longo Prazo (2021-2023)
	3.2 Auxílio (pedagógico e administrativo) aos PPGs e professores para oferta de disciplinas em outros idiomas – PL;	Longo Prazo (2021-2023)
	3.3 Estímulo e apoio à realização de cursos Summer/Winter para o ensino de português do Brasil – PL.	Médio Prazo (2021-2022)
4. Possibilitar aos docentes vivência em instituições internacionais de ensino e/ou pesquisa.	4.1 Captação de recursos para o financiamento de editais para estágio pós-doutoral, para Professor Visitante Júnior e Professor Visitante Sênior;	Longo Prazo (2021-2023)
	4.2 Reconhecimento das atividades acadêmicas realizadas por docentes nas instituições visitadas no exterior.	Curto Prazo (2021-2021)
5. Incrementar a internacionalização do ensino de pós-graduação na UEMA.	5.1 Criação de disciplinas on-line ministradas em colaboração com professores de universidades do exterior – PL;	Longo Prazo (2021-2023)
	5.2 Ampliação da infraestrutura de videoconferência existente nos quatro campi da Uema, com a criação de salas de aula para disciplinas ofertadas em conjunto com colaboradores internacionais e PL;	Médio Prazo (2021-2023)

3.7.3 Diretrizes para a Pesquisa

Para a internacionalização da pesquisa, a Uema apresenta as diretrizes e objetivos abaixo.

Posteriormente, as ações e prazos são detalhados no Quadro:

- ◆ Estimular e viabilizar a participação de docentes pesquisadores em editais que fomentem a internacionalização, disponibilizados pela Fapema, Capes, CNPq, entre outras agências de fomento nacionais e internacionais;
- ◆ Apoiar e viabilizar o aumento do número de artigos científicos publicados em revistas em periódicos internacionais com alto fator de impacto e/ou qualis reconhecido pela Capes, com participação de pesquisadores estrangeiros em autoria e coautoria;
- ◆ Viabilizar o aumento do número de artigos científicos em coautoria com pesquisadores estrangeiros;
- ◆ Aumentar o número de docentes e discentes envolvidos na mobilidade acadêmica internacional, visando a troca e obtenção de novas metodologias de pesquisas;

- ◆ Estimular a participação do corpo docente em editais de fomento à pesquisa de agências estrangeiras ou conveniadas com agências nacionais;
- ◆ Estimular a parceria de pesquisadores estrangeiros no desenvolvimento de projetos conjuntos com pesquisadores locais;
- ◆ Viabilizar o lançamento de editais institucionais, relacionados com a atração de pesquisadores, em português e inglês, para facilitar a participação de pesquisadores estrangeiros;
- ◆ Criar estratégias de internacionalização em casa, com ações específicas, tais como contratação de professor visitante para auxiliar na oferta de disciplinas ministradas em inglês, oferta de cursos de redação científica em inglês, preparo e apresentação de banners na língua inglesa entre outros.

Quadro 14 - Objetivos, ações e prazos para internacionalização da pesquisa

Objetivos	Ações	Prazo
1. Aumentar a internacionalização dos processos de pesquisa.	1.1 Identificação e caracterização de pesquisadores, grupos de pesquisa, laboratórios, centros, núcleos e redes de pesquisa existentes na Uema atuantes em nível internacional;	Médio Prazo (2021-2022)
	1.2 Diagnóstico dos produtos de pesquisa internacional da Uema, considerando graduação, pós-graduação e extensão, para constituição de portfólio e ampla divulgação. – PL;	Médio Prazo (2021-2022)
	1.3 Mapeamento de grupos de pesquisa da Uema com colaborações internacionais (iniciadas e consolidadas), para constituição de portfólio e ampla divulgação – PL;	Médio Prazo (2021-2022)
	1.4 Estímulo ao registro de pesquisadores internacionais nos grupos de pesquisa da Uema;	Longo Prazo (2021-2023)
	1.5 Elaboração e lançamento de editais específicos para estímulo à participação e à formação de redes de pesquisa internacionais;	Longo Prazo (2021-2023)
	1.6 Mapeamento e diagnóstico da infraestrutura de pesquisa existente na Uema, para direcionar ações de melhoria;	Curto Prazo (2021-2021)
	1.7 Apoio à infraestrutura de laboratórios multiusuários existentes ou novos, especialmente aos que mantêm parcerias internacionais;	Longo Prazo (2021-2023)
	1.8 Realização de seminários de pesquisa a distância, em conjunto com professores ou pesquisadores de universidades do exterior – PL.	Longo Prazo (2021-2023)
2. Incrementar a produção científica internacional da Uema.	2.1 Lançamento de editais específicos de apoio à publicação de artigos em periódicos de alto impacto, priorizando os periódicos internacionais – PL;	Médio Prazo (2021-2022)
	2.2 Lançamento de editais específicos de apoio à participação de docentes em eventos internacionais de excelência, com publicação de artigos em anais de eventos quando apresentação oral em língua estrangeira – PL;	Médio Prazo (2021-2023)
	2.3 Criação de mecanismo de acompanhamento permanente da produção científica internacional da Uema, para subsidiar ações contínuas de melhoria.	Curto Prazo (2021-2021)
3. Aumentar a visibilidade da pesquisa da Uema, no contexto internacional.	3.1 Publicação de página web do Decanato de Pesquisa e Inovação (DPI) em línguas estrangeiras – PL;	Médio Prazo (2021-2022)
	3.2 Implementação de sistema de busca de pesquisadores da Uema via página web do DPI, por tema, área, unidade acadêmica ou nome de pesquisador, facilitando a identificação por parte de potenciais parceiros internacionais – PL;	Curto Prazo (2021-2021)
	3.3 Publicação de ebooks temáticos, sobre a pesquisa na Uema (português e inglês) – PL;	Médio Prazo (2021-2023)
	3.4 Produção de folder bilíngue de divulgação da pesquisa (produtos, grupos, projetos, infraestrutura) e do ecossistema de inovação da Uema – PL;	Médio Prazo (2021-2022)
	3.5 Participação do DPI em eventos internacionais, para potencializar a ampliação das redes interinstitucionais de colaboração em pesquisa da Uema.	Médio Prazo (2021-2023)

Quadro 14 - Objetivos, ações e prazos para internacionalização da pesquisa (Cont.)

Objetivos	Ações	Prazo
4. Fomentar a interação de agentes de pesquisa e inovação com parceiros internacionais	4.1 Criação e lançamento de editais específicos de fomento à pesquisa para o estabelecimento de parcerias com pesquisadores e empresas internacionais;	Longo Prazo (2021- 2023)
	4.2 Promoção de eventos específicos temáticos (no formato "grandes temas") para aglutinação de pesquisadores e empresas internacionais;	Longo Prazo (2021- 2023)
	4.3 Criação e lançamento de editais específicos para pesquisas que envolvam startups e empresas incubadas com ligações internacionais.	Longo Prazo (2021- 2023)

3.7.4 Diretrizes para integração com as Atividades de Extensão

Para a internacionalização da extensão, a Uema apresenta as diretrizes a seguir e os objetivos, ações e prazos são detalhados nos quadros a seguir:

- ◆ Estimular a parceria para o desenvolvimento de ações de extensão com instituições internacionais;
- ◆ Viabilizar a oferta de cursos de extensão, focalizando a internacionalização para docentes e discentes locais e externos;
- ◆ Promover a inserção de estudantes estrangeiros em projetos de extensão da Uema, quando possível, permitindo a troca de conhecimentos de saberes locais;

- ◆ Criar um fórum de discussão sobre difusão da ciência e tecnologia, problemas emergentes mundiais, voltados ao ideal da transformação social, envolvendo discentes e docentes em processo de mobilização internacional;
- ◆ Promover e viabilizar a participação de discentes e pesquisadores estrangeiros para realizar atividades de Extensão junto ao Labex, graduação e pós-graduação da Uema.

Quadro 15 - Objetivos, ações e prazos para internacionalização da Extensão

Objetivos	Ações	Prazo
1. Promover projetos e programas de extensão dedicados a temáticas globais, como os direitos humanos e o desenvolvimento sustentável.	1.1 Adesão à rede de universidades pelo pacto dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU);	Médio Prazo (2021-2021)
	1.2 Apoio a criação de programa de extensão com ações integradas para a promoção dos ODS e a inclusão social;	Longo Prazo (2021-2023)
	1.3 Estabelecimento de linha de fomento para projetos de extensão dedicados a temas globais;	Longo Prazo (2021-2023)
	1.4 Fomento a projetos interinstitucionais na forma de programas ou consórcio de extensão com instituições internacionais diversas.	Longo Prazo (2021-2023)
2. Promover a difusão cultural, em nível internacional, com ênfase sobre o Maranhão.	2.1 Fomento de ações e projetos de difusão cultural, em nível internacional, por meio de editais específicos;	Médio Prazo (2021-2022)
	2.2 Firmação de parcerias com embaixadas e outras instituições de cooperação internacional para a difusão da cultura, com ênfase sobre o Maranhão.	Médio Prazo (2021-2022)
3. Promover a difusão do conhecimento produzido com base na extensão, em nível internacional.	3.1 Desenvolvimento de projeto editorial para divulgação da extensão, em nível internacional;	Médio Prazo (2021-2022)
	3.2 Apoio à participação de discentes, docentes e servidores técnico-administrativos em eventos de extensão internacional.	Médio Prazo (2021-2022)

3.7.5 Diretrizes para uma Política Linguística da Uema

- ◆ Adotar uma segunda língua para facilitar a visibilidade da Uema no contexto internacional;
- ◆ Estimular o uso de línguas estrangeiras em sala de aula e em outros espaços acadêmicos;
- ◆ Traduzir para a língua inglesa a página web da Uema e dos cursos de graduação e pós-graduação, visando a atração de docentes e discentes estrangeiros;
- ◆ Viabilizar a contratação de empresas especializadas para apoiarem na tradução de artigos científicos;
- ◆ Estimular a introdução de conteúdos programáticos de disciplinas em língua estrangeira nos cursos de pós-graduação;

- ◆ Estimular a apresentação de trabalhos em eventos nacionais e internacionais em língua estrangeira;
- ◆ Consolidar a oferta de cursos de português para estrangeiros;
- ◆ Investir e melhorar as condições de preparo docente e discente para a internacionalização da Uema;
- ◆ Intermediar, junto ao Núcleo de Línguas, o oferecimento de cursos de línguas para discentes, docentes e técnicos administrativos;
- ◆ Investir na implantação de ofertas de exames de proficiência em língua inglesa e espanhola para discentes, docentes, técnicos administrativos e residentes do Estado do Maranhão.

Para evitar duplicidade das informações, destaca-se que os objetivos, ações e prazos estratégicos da Política de Linguística (PL) estão inseridos nos objetivos

estratégicos para ensino na graduação, pós-graduação e pesquisa.

3.7.6 Diretrizes para a Gestão Administrativa e da Superintendência para Relações Internacionais

Para a internacionalização da administrativa, a Uema apresenta as diretrizes abaixo e os objetivos, ações e

prazos são detalhados no quadro a seguir:

- ◆ Intensificar contatos com agentes da internacionalização Capes, CNPq, Ministério das Relações Exteriores, Embaixadas e Consulados, visando a identificação de áreas prioritárias para a internacionalização;
- ◆ Promover a visibilidade da Uema no exterior, incluindo a elaboração e atualização de material bilíngue;
- ◆ Representar a Uema na participação em eventos de internacionalização;
- ◆ Realizar acordos e parcerias com instituições internacionais proporcionando o envolvimento do maior número possível de pesquisadores;
- ◆ Promover missões internacionais;

- ◆ Divulgar as experiências docentes e discentes envolvidos no processo de mobilidade internacional;
- ◆ Simplificar e flexibilizar os procedimentos institucionais para o desenvolvimento de projetos científicos e tecnológicos em parceria com instituições estrangeiras;
- ◆ Intermediar a alocação de recursos orçamentários institucionais para apoiar programas de internacionalização completando os obtidos em agências de fomento;
- ◆ Conscientizar os discentes locais sobre a importância da realização do exame em língua estrangeira;
- ◆ Ampliar a oferta e viabilizar a realização de exames de proficiência em língua estrangeira.

Quadro 16 - Objetivos, ações e prazos para internacionalização da Gestão Administrativa e da Superintendência de Relações Internacionais

Objetivos	Ações	Prazo
1. Ampliar a divulgação de ações, infraestrutura e serviços de apoio à internacionalização da Uema.	1.1 Construção de sistema único de dados, abrangendo todas as informações relativas à internacionalização da Uema;	Médio Prazo (2021-2022)
	1.2 Criação e divulgação de material informativo (diversificado, moderno e atraente) sobre ações de internacionalização na Uema: guias (digitais e impressos) dirigidos a estudantes e professores internacionais; além de vídeos, cartazes e folders (com QR code);	Longo Prazo (2021-2023)

Quadro 16 - Objetivos, ações e prazos para internacionalização da Gestão Administrativa e da Superintendência de Relações Internacionais (Cont.)

Objetivos	Ações	Prazo
1. Ampliar a divulgação de ações, infraestrutura e serviços de apoio à internacionalização da Uema.	1.3 Reformulação da página web da SRI (português – inglês), concentrando todas as informações relativas à internacionalização, para livre acesso de usuários da internet (tutoriais; acordos, cotutelas, dupla diplomação e programas específicos; editais, bolsas e fomentos; eventos internacionais; notícias internacionais; indicadores de internacionalização da Uema; projetos de cooperação etc.);	Médio Prazo (2021-2022)
	1.4 Criação e divulgação de guia para servidores técnico-administrativos, coordenadores de curso e professores com orientações sobre como lidar com situações de emergência envolvendo estudantes brasileiros no exterior ou estudantes internacionais na Uema;	Longo Prazo (2021-2023)
	1.5 Criação e divulgação de guia para professor interessado em estabelecer iniciativa de cooperação internacional;	Longo Prazo (2021-2023)
	1.8 Criação e divulgação de boletim mensal multilíngue, dando voz aos estudantes internacionais e intercambistas brasileiros, e divulgando eventos internacionais;	Longo Prazo (2021-2023)
	1.9 Instalação de uma infoteca, reunindo o material de promoção da mobilidade, além de computadores com links para todos os programas de mobilidade (editais de embaixadas, de agências de fomento como FAP/DF, CNPq, CAPES etc.).	Médio Prazo (2021-2022)
2. Simplificar normas e processos internos relacionados à internacionalização.	2.1 Criação de protocolos simplificados para a assinatura de memorando de acordos e outros instrumentos, com base em modelos pré-aprovados pela Procuradoria Jurídica da Uema;	Curto Prazo (2021-2021)
	2.2 Delegação da assinatura de renovação de acordos de cooperação internacional à assessora da SRI;	Médio Prazo (2021-2022)
	2.3 Mapeamento e simplificação dos processos burocráticos para institucionalização de cursos com dupla titulação (graduação e pós-graduação) e cotutelas (pós-graduação).	Longo Prazo (2021-2023)
3. Fomentar uma cultura de internacionalização em todas as unidades administrativas e gestoras da Uema e promover a internacionalização de professores e servidores técnico-administrativos	3.1 Realização de oficinas de internacionalização dirigidas aos professores (especialmente coordenadores de cursos de graduação e pós-graduação) e servidores técnico-administrativos;	Médio Prazo (2021-2022)
	3.2 Criação de comitê gestor para a internacionalização da Uema.	Longo Prazo (2021-2023)
4. Promover o multilinguismo e o multiculturalismo na Uema.	4.1 Organização de feiras e fóruns de internacionalização anuais, discussões sobre internacionalização e atividades culturais e artísticas multilíngues;	Curto Prazo (2021-2021)
	4.2 Apoio à implementação e divulgação de disciplinas em línguas estrangeiras e cursos Summer/Winter para o ensino do português do Brasil;	Médio Prazo (2021-2022)
	4.3 Apoio à implementação e divulgação de exames de proficiência em inglês e espanhol.	Médio prazo (2021-2022)
5. Aprimorar o acolhimento e a integração de estudantes e docentes internacionais na Uema.	5.1 Criação e lançamento de editais de bolsas para estudantes internacionais;	Médio prazo (2021-2022)
	5.2 Ampliação e adequação de auxílio moradia para estudantes internacionais;	Longo Prazo (2021-2023)
	5.3 Oferta de tutores e eventos de boas-vindas para estudantes internacionais;	Curto Prazo (2021-2023)
	5.4 Adequação hospedagem de trânsito e demais serviços de apoio para docentes internacionais.	Longo Prazo (2021-2023)
6. Potencializar a atuação da Uema em redes interinstitucionais de apoio à internacionalização.	6.1 Mapeamento e seleção das redes interinstitucionais mais ativas, para a definição de prioridades e estratégias de atuação da Uema;	Curto Prazo (2021-2023)
	6.2 Identificação e mobilização de universidades para constituir um grupo de integração regional (no norte nordeste), para apoio mútuo, participação coletiva em fóruns de discussão e iniciativas de cooperação internacional.	Curto Prazo (2021-2021)
7. Liderar o desenho de planejamento estratégico, prospecção de parcerias, monitoramento e avaliação das ações de internacionalização da Uema.	7.1 Definição de áreas regiões e países considerados estratégicos (devido a liderança na tecnologia ou tema) para o estabelecimento de relações de cooperação;	Médio prazo (2021-2022)
	7.2 Mapeamento dos memorandos de acordo já firmados e restabelecimento do princípio da reciprocidade para aqueles que apresentem desequilíbrios na proporção dos benefícios obtidos pelas partes envolvidas;	Curto Prazo (2021-2021)
	7.3 Missões (virtuais ou presenciais) para países e instituições definidas como parceiras prioritárias para o estabelecimento de parcerias;	Longo Prazo (2021-2023)
	7.4 Participação em eventos acadêmicos de visibilidade mundial;	Curto Prazo (2021-2023)
	7.5 Firmação de parcerias nacionais para a viabilização de participação em bloco (por grupo de universidades brasileiras) em eventos internacionais grandes e onerosos.	Curto Prazo (2021-2021)

3.8 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

A Uema é uma IES de natureza estadual, regida por um Estatuto, por seus regimentos internos e resoluções dos Órgãos Superiores Colegiados: Conselho de Administração (CAD), Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE) e Conselho Universitário (CONSUN), além da legislação emanada pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) do Maranhão. Tem nas diretrizes curriculares e pedagógicas, nos seus princípios e nos compromissos que estabeleceu com a sociedade a sua fonte permanente de inspiração e atualização.

- ◆ *liberdade de pensamento e de expressão, sem discriminação de qualquer natureza;*
- ◆ *Indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão;*
- ◆ *Universalidade do conhecimento e incentivo à interdisciplinaridade;*
- ◆ *Avaliação e aprimoramento constante da qualidade;*

Na Uema, a organização didático-pedagógica dos cursos de graduação é desencadeada pela Prog, unidade administrativa responsável pelo planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação interna dos cursos, pautada no compromisso da prestação de serviços à comunidade estudantil e à sociedade como um todo.

Para zelar pela organização didático-pedagógica dos cursos de graduação, a Prog é constituída por três coordenações, a saber:

a) Coordenação Técnico Pedagógica (CTP) - assessora e acompanha os Diretores ou as Coordenações de Cursos de Graduação na elaboração dos projetos pedagógicos nos processos de criação, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos, bem como presta assistência técnico-pedagógica com o objetivo de atuar e apoiar nas ações a partir das quais são executadas as diretrizes de funcionamento, aprovadas nas instâncias de deliberação. Ligada à CTP, a Divisão de Estágio e Monitoria (DEM) é responsável pelo acompanhamento e controle das bolsas e seguros de estágio curricular e bolsas de monitorias nos cursos de graduação. Além da DEM, a CTP atua por meio da Divisão de Acompanhamento e Avaliação do Ensino

Os elementos que compõem a estrutura didático-pedagógica da Uema estão fundamentados nos princípios que orientam o regime didático-científico, no desenvolvimento histórico da organização acadêmica da Universidade, nas orientações relativas às formas organizadoras das práticas de ensino e de aprendizagem adotadas e nos fundamentos da organização curricular.

Os princípios fundamentais na organização das atividades didático-científicas para a Uema estão assentados, especialmente, nas demandas da comunidade universitária e na sociedade, a saber:

- ◆ *Orientação humanística da formação do estudante;*
- ◆ *Compromisso com o desenvolvimento do Maranhão e do país na busca de soluções democráticas para os problemas sociais;*
- ◆ *Compromisso com a paz, com a defesa dos Direitos Humanos e com a preservação do meio ambiente.*

(DAAE), que organiza e divulga os dados estatísticos sobre os cursos de graduação e disciplinas a partir da Avaliação da Graduação (AVALGRAD), realizada semestralmente junto ao corpo docente e discente; controla e divulga os índices de diplomação/ retenção/evasão e reprovação dos cursos de graduação da Uema.

b) Coordenação de Ensino de Graduação (CEG) - cuida dos registros e controles acadêmicos cumprindo a legislação educacional e as normas internas da Instituição, gerando informações de qualidade e integridade para a Instituição e os estudantes.

c) Coordenação de Admissão e Transferência (CAT) - responsável pela seleção e admissão de futuros ingressos de transferência, oferta de disciplinas, inscrição em disciplinas isoladas, trancamentos de cursos e desligamento do estudante.

Como uma Instituição socialmente reconhecida pela formação acadêmica, produção de ciência, tecnologia e inovação, comprometida com uma educação flexível, com a sustentabilidade e com a internacionalização, a organização didático-pedagógica dos cursos de graduação na Uema deve se dar mediante a articulação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, a partir da qual os estudantes podem construir suas competências e habilidades, tendo em vista a aprendizagem significativa, necessária à análise

e aprofundamento dos conhecimentos já produzidos e a construção de novos conhecimentos. E nessa direção contribuem as metodologias ativas e o uso dos recursos tecnológicos com intencionalidade educativa, que atendam às necessidades da formação profissional, política e humana. E quanto às questões norteadoras da organização didático-pedagógica da Uema, destacam-se cinco aspectos essenciais para estruturação dos cursos de graduação, são eles:

• Flexibilidade curricular

Na organização didático-pedagógica dos cursos de graduação são considerados os aspectos da regionalidade, atualidade, inovação tecnológica e diversidade, com vistas à construção de conhecimentos que atendam às exigências sociais, políticas e humanas. Outrossim, a flexibilidade curricular vem proporcionar alternativas pessoais e percursos acadêmicos diferenciados, comportando diferentes itinerários formativos a serem

construídos pelos estudantes, justificando assim, a necessidade de projetos curriculares flexíveis, capazes de permitir a mobilidade acadêmica, implementada mediante a cooperação entre os campi ou outras Universidades. A flexibilização curricular propicia ainda aos estudantes, meios conciliadores entre as atividades profissionais e suas construções individuais, obedecendo à possibilidade de participação.

• Mobilidade Acadêmica

A Uema se articula para proporcionar uma interação entre seus campi e outras universidades (nacionais e internacionais), considerando a mobilidade acadêmica como um grande avanço para política de formação dos cursos de graduação. Nessa dimensão, a mobilidade interna é prioritária e assegurada por meio de resoluções internas. Duas estratégias implantadas com vistas a facilitar esse tipo de mobilidade são a unificação dos currículos dos cursos ofertados em mais de um campus e a implantação do núcleo comum. Enquanto que a mobilidade externa deve se expressar por um conjunto de ações, entre elas a realização de estágios no Brasil e no exterior, apoio a convênios de estudos e pesquisas, além do intercâmbio multilateral, envolvendo os estudantes e professores em intercâmbios pedagógicos, científicos, técnicos, tecnológicos e culturais e professores pesquisadores das instituições conveniadas.

Por outra vertente, permite maior dinamismo nos cursos, posto que a construção dos currículos atenda ao princípio da flexibilidade, permite mobilidade na opção de cursar as disciplinas que podem ser garantidas por atividades de ensino, extensão e pesquisa, por meio do estímulo à internacionalização, oportunizando experiências diversificadas, assegurada, sobretudo, pela mobilidade acadêmica com o objetivo de ampliar o número de estudantes e professores da graduação que participam de programas de cooperação, intercâmbio, complementação, aperfeiçoamento, extensão universitária, garantindo a identidade a cada área de conhecimento e buscando superar a dicotomia entre teoria e prática e entre as estruturas temáticas e o conhecimento pedagógico, atendendo à função social e comunitária da Instituição.

• Interdisciplinaridade

No currículo dos cursos são contemplados aspectos importantes, como a interdisciplinaridade, ou seja, a interação das atividades pedagógicas de modo a assegurar a diversidade de conhecimento, bem como superar a fragmentação do ensino e aprendizagem, objetivando a solução de problemas de maneira mais abrangente e multidimensional na formação integral do estudante. Nas metodologias de ensino e de aprendizagem, evidenciam-se as possibilidades pedagógicas geradas pelo uso da TDIC com intencionalidade educativa, viabilizando ao estudante o acesso às ferramentas necessárias para a

realização das atividades propostas, potencializando a aprendizagem e consolidando a cultura digital. Outra metodologia relevante é a pedagogia de projetos individuais e de grupo, visto que, trabalhar com projetos permite a desconstrução do estabelecido e a construção de novos saberes, além de criar uma situação real e provocar o estudante a definir um problema de estudo, e ainda, examinar várias alternativas para tratá-lo e, igualmente, além de integrar várias áreas do conhecimento.

• Unidade teoria e prática

Oferece ao estudante a possibilidade de aprender os conteúdos a partir de uma relação que possibilita a concepção de unidade, teoria e prática em situações reais, com autonomia, na perspectiva da ação-reflexão-ação, ou seja, da práxis imprescindível à sua formação científica.

• Educação inclusiva

A Universidade é um espaço de aprendizagem e, como tal, deve alcançar a todos. A inclusão social é um dos pilares fundamentais de sua filosofia, possibilitando que todas as pessoas façam uso de seu direito à educação. Dentre as políticas de educação inclusiva estão aquelas relacionadas aos estudantes com necessidades especiais (tais como visuais, auditivas e de locomoção), assim como aquelas condizentes com a política de inclusão social, cultural e econômica. Implicando a inserção de todos, sem discriminação de condições linguísticas, sensoriais, cognitivas, físicas, emocionais, étnicas ou socioeconômicas e requer sistemas educacionais planejados e organizados, que deem conta da diversidade

Na perspectiva de criar condições para uma educação inclusiva, o NAU tem a finalidade de proporcionar condições de acessibilidade e garantir a permanência às pessoas com necessidades educacionais especiais no espaço acadêmico, incluindo todos os integrantes da comunidade acadêmica. O Núcleo operacionaliza suas ações baseado em diretrizes para uma política inclusiva a qual representa uma importante conquista para a educação, contribuindo para reduzir a evasão das pessoas com necessidades educacionais especiais. Outro objetivo do NAU é viabilizar condições para expressão plena do potencial do estudante durante o ensino e aprendizagem, garantindo a inclusão social e acadêmica nesta Universidade.

As diretrizes aqui estabelecidas constituem-se em um conjunto de orientações que deverão ser observadas pela administração superior, departamentos e órgãos colegiados da Instituição. Para nortear as ações de cada

3.8.1 Diretrizes institucionais para a educação inclusiva

As diretrizes aqui estabelecidas constituem-se em um conjunto de orientações que deverão ser observadas pela administração superior, departamentos e órgãos colegiados da Instituição. Para nortear as ações de cada

Nesse sentido, a unidade, teoria e prática materializa-se nos componentes curriculares dos cursos ofertados pela Uema, tendo a prática social como elemento de problematização para a produção dos conhecimentos.

de estudantes e ofereçam respostas adequadas às suas características e necessidades. O compromisso da Uema com essas questões está explicitado no Programa de Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais. Desde o momento em que foi aprovada a Resolução n.º 231/2000, que instituiu o Núcleo Interdisciplinar de Educação Especial (NAU), vinculado à Reitoria, a acessibilidade e inclusão tem sido uma das premissas do desenvolvimento desta IES. Dentre outras ações afirmativas, essa Resolução assegura condições de atendimento diferenciados nos campi da Instituição para estudantes com necessidades educacionais especiais.

um desses entes, considera-se as seguintes linhas orientadoras: equidade (de acesso e permanência), qualidade (de ensino e aprendizagem) e condições estruturais (acessibilidade arquitetônica e tecnologias assistivas).

Tendo em consideração esses cinco aspectos essenciais para estruturação dos cursos de graduação, a Prog tem por desafio a formação permanente do corpo docente pedagógico para uso de TDIC e metodologias ativas, com desdobramento na formação de recursos humanos nas diversas áreas do conhecimento. Além de incentivar a inovação curricular e o aperfeiçoamento permanente dos PPCs como uma ação contínua, a partir da reelaboração e rediscussão dos projetos, tendo em vista o processo de reconhecimento/renovação de reconhecimento pelo CEE/MA, e em âmbito nacional, a avaliação externa pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

orientadoras: equidade (de acesso e permanência), qualidade (de ensino e aprendizagem) e condições estruturais (acessibilidade arquitetônica e tecnologias assistivas).

• Equidade: acesso e permanência

O acesso à Uema das pessoas com deficiência far-se-á por processo seletivo comum, mas com recursos diferenciados e apoios e serviços complementares, tanto nos sistemas de informação, quanto nos materiais didáticos e pedagógicos.

O Planejamento Institucional deve ser equacionado para que recursos humanos, financeiros, técnicos, didáticos e físicos garantam o acesso, a participação e a permanência dos discentes com deficiência nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

• Qualidade: ensino e aprendizagem

Toda proposta pedagógica dos cursos deve ser reestruturada garantindo tempo, espaço, situação de interação, formas de organização da aprendizagem de acordo com as especificidades dos discentes com base no compromisso da qualidade acadêmica.

O corpo docente deve ser contemplado com a formação continuada, com base nos conhecimentos específicos da área, bem como atuar em cursos de pós-graduação e equipe multidisciplinar e interdisciplinar para dar suporte ao atendimento especializado.

A flexibilização dos currículos dos cursos de graduação será estimulada de modo a permitir aos estudantes uma experiência de estudo rica e diversificada, com ênfase em atividades formativas. Serão valorizadas as atividades extracurriculares e a implantação de atendimento educacional especializado, o qual propiciará programas de enriquecimento curricular, da adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, da utilização de recursos ópticos e não ópticos, da tecnologia assistiva (BRASIL, 2007).

Tais ações serão realizadas mediante a atuação de profissionais com conhecimentos específicos no ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, do sistema Braille, do Soroban, da orientação e mobilidade,

das atividades de vida autônoma, da comunicação alternativa.

No atendimento educacional especializado, devem ser identificadas as necessidades educacionais especiais, por meio de avaliações de recursos pedagógicos e da acessibilidade do campus universitário, no sentido da eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas, incluindo a instalação de Tecnologias Assistidas (TA), equipamentos, mobiliários e a socialização das comunicações e informações.

Quanto à avaliação pedagógica, deve-se considerar o estudante como sujeito da ação do aprender e o ato de avaliar como um processo dinâmico e processual. Nesse sentido, é necessário considerar que essa avaliação pedagógica contemple também o nível atual de desenvolvimento do estudante e as possibilidades de aprendizagem futuras, de modo que seja analisado o desempenho individual, o tempo e a subjetividade de cada indivíduo.

Para assegurar o atendimento integral às pessoas com necessidades especiais, ou melhor, para a efetivação da política de inclusão, faz-se necessária, ainda, uma articulação intersetorial para planejar, operacionalizar e avaliar ações a serem desenvolvidas a curto, médio e longo prazo.

3.8.2 Objetivos institucionais para a educação inclusiva

A Política de Educação Inclusiva da Uema tem como objetivo promover o acesso, a permanência, a participação e o desenvolvimento pessoal e acadêmico dos discentes com deficiência, doenças crônicas e degenerativas,

transtornos mentais, aí incluídos os específicos de aprendizagem, orientando a comunidade acadêmica para responder às especificidades dessas pessoas, possibilitando:

- ◆ Apoio técnico e pedagógico aos professores;
- ◆ Atendimento educacional especializado;
- ◆ Apoio à pesquisa, estudos e ações voltadas para o favorecimento dos grupos alvo da política;
- ◆ Envolvimento da família e da comunidade;

- ◆ Adequações curriculares;
- ◆ Acessibilidade arquitetônica, nos mobiliários, nos equipamentos, na comunidade e na informação; e
- ◆ Articulação entre os segmentos para a implantação das ações.

A organização curricular pressupõe uma perspectiva de articulação interdisciplinar voltada para o desenvolvimento de conhecimentos e, também, no que diz respeito aos parâmetros para elaboração dos currículos, observando-se as Diretrizes e os Referenciais Curriculares Nacionais de cada curso, definidos pelo CNE e pelo CEE/MA. As concepções de currículo traduzidas em práticas pedagógicas vivenciadas pelo corpo docente e discente,

tornam viva a política estabelecida para o ensino. Nesse sentido, impõe-se a participação dos professores em papel ativo como formadores dos futuros profissionais. O processo de ensino e de aprendizagem, desenvolvido na Uema tem a Prog como responsável pela condução, orientação e incentivo na busca permanente pela elevação dos indicadores de qualidade do ensino oferecido à sociedade.

3.9 POLÍTICA DE GRADUAÇÃO

No Brasil, as políticas educacionais precisam levar em consideração, acima de tudo, os aspectos abordados pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996), especialmente a garantia do direito de acesso à uma educação de qualidade.

Em seu Artigo 3º, a LDB atesta que o ensino deverá considerar os princípios de “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender (...); pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância; valorização do profissional da educação escolar e garantia de padrão de qualidade”.

Na Educação Superior, as Políticas de Graduação representam o conjunto de intenções que se configuram na forma de princípios e ações que norteiam e concretizam o processo de gestão e organização didático-pedagógica dos cursos de Graduação. Estão amparadas na

legislação vigente, no Estatuto, Regimento dos Cursos de Graduação e nos eixos transversais para as políticas institucionais, constituindo-se nos pressupostos que orientarão e definirão ações com vistas a possibilitar, a todos os envolvidos, uma educação de qualidade.

Para Morin (2000, p.22), a política de graduação deve ser capaz de encorajar, instigar, estimular a curiosidade, a aptidão interrogativa e orientá-la para os problemas fundamentais de nossa própria condição e de nossa época. Por compreender que somente a postura crítica e criativa de alunos e professores pode assegurar o cumprimento da função social da Universidade, destinada a buscar soluções para as questões de nosso tempo e nossa sociedade e ressaltando-se a importância de assegurar, por um lado, o conhecimento das questões clássicas e universais, e por outro lado, o conhecimento das especificidades regionais, desenham-se como projetos:

- ♦ I. Possibilitar aos estudantes a ampla e livre escolha de disciplinas de outros cursos, que se articulem às disciplinas obrigatórias da área central de seus estudos, como disciplinas optativas;
- ♦ II. Instituir intercâmbio científico e acadêmico entre corpo docente e discente, de outras instituições públicas de graduação e pós-graduação em nível nacional e internacional;
- ♦ III. Estimular a criação de espaços para estágios de formação profissional no âmbito dos diferentes cursos da Uema, tais como escritórios-escola, empresas júniores, núcleos, laboratórios de ensino, escolas de aplicação e ao mesmo tempo, fortalecer os espaços já existentes;
- ♦ IV. Realizar convênios de cooperação técnica com órgãos públicos com o objetivo de promover:
 - a) Estágios curriculares, respeitadas as especificidades de cada curso, incluindo-se estágios junto a prefeituras do interior do Estado do Maranhão, que poderiam ocorrer no período de férias.
 - b) Criação de Programas de Residência profissionais, caracterizados como extensão e especialização sob a orientação de professores dos cursos de graduação ou pós-graduação da Uema.
- ♦ V. Garantir que as bibliotecas estejam atualizadas, incluindo-se assinaturas dos principais periódicos das diferentes áreas, e que os laboratórios sejam adequadamente equipados e informatizados;
- ♦ VI. Ofertar os cursos nos turnos matutino, vespertino ou noturno, considerando o perfil do estudante e o tempo de dedicação necessários aos estudos diariamente, posto que, em geral, os cursos da área técnica concentram-se no turno vespertino ou noturno e os das demais áreas, no regime integral ou diurno;
- ♦ VII. Expandir a oferta dos cursos do Programa de Formação Tecnológica (PROFITEC), a partir de análise das demandas de mercado de trabalho e de mão de obra qualificada das mesorregiões do Estado do Maranhão;
- ♦ VIII. Ofertar cursos de formação docente por meio do Programa Ensinar e do Programa de Formação de Professores da Uema, uma vez que os dados ainda apontam a demanda de professores nos municípios do Estado do Maranhão e são constantes as solicitações para a continuidade de um programa dessa natureza. A oferta deve atender os seguintes critérios:
 - a) Em função dos 30 municípios com baixo IDH no Estado do Maranhão, os quais apresentam dificuldades estruturais relativas à inserção tecnológica e fragilidades do ensino na Educação Básica, sugere-se que o próximo programa a ser implantado nesses municípios seja presencial envolvendo Graduação e Pós Graduação. Defende-se que nos demais municípios, o formato do programa venha a ser semipresencial.
 - b) Deve considerar ainda o atendimento de pessoas com necessidades especiais e os critérios avaliativos dos exames realizados pelo Inep, Enem e Enade com o objetivo de alavancar os indicadores da educação no Estado do Maranhão.
- ♦ IX. Promover o aumento de cursos e a oferta de vagas na modalidade de Educação a Distância de forma a atender a diversos públicos que buscam por essa modalidade de ensino, além de consolidar a democratização do ensino superior no Estado do Maranhão;

- ♦ X. Implementar o Programa de Qualidade dos Cursos de Graduação da Uema;
- ♦ XI. Consolidar a política de avaliação interna dos cursos de graduação a partir da contínua discussão dos resultados com Núcleo Docente Estruturante dos Cursos, com vistas à melhoria dos resultados das avaliações externas e dos indicadores com baixo índice;
- ♦ XII. Implementar o Programa ProAprender, com vistas à redução dos índices de evasão e retenção;
- ♦ XIII. Implementar ações para estimular a inovação curricular e o uso pedagógico de tecnologias de informação e comunicação nos cursos de graduação;
- ♦ XIV. Apoiar a criação e desenvolvimento de programas e projetos de ensino com temáticas voltadas para a inclusão, os direitos humanos, a sustentabilidade, a preservação do patrimônio cultural e ambiental, a valorização das diferenças e o combate ao preconceito e a intolerância de qualquer natureza, reafirmando a Uema como Instituição socialmente responsável;
- ♦ XV. Aprimorar o ensino na Graduação com o fortalecimento da política de formação continuada promovida pelo Programa Graduação 4.0, voltada para inovação pedagógica, uso de tecnologias e metodologias ativas;
- ♦ XVI. Articular ações de integração entre os cursos de diferentes níveis e modalidades de ensino;
- ♦ XVII. Consolidar a política de estágios para os cursos de licenciatura e de bacharelado oferecidos pela Uema nas modalidades presencial e a distância;
- ♦ XVIII. Empreender ações para a melhoria da qualidade da informação sobre os cursos de graduação no sistema acadêmico;
- ♦ XIX. Avaliar e acompanhar o sistema de reserva especial de vagas para verificar a ampliação do acesso e permanência de alunos cotistas;
- ♦ XX. Incentivar a inovação pedagógica com a divulgação e premiação das experiências exitosas da graduação com o Prêmio de Mérito Docente em Inovação Pedagógica;
- ♦ XXI. Fortalecer políticas de acompanhamento estudantil, visando a melhoria na permanência e conclusão dos cursos;
- ♦ XXII. Ampliar a política de acesso de grupos vulneráveis à Educação Superior;
- ♦ XXIII. Incentivar a inovação curricular e o aperfeiçoamento permanente dos Projetos Pedagógicos pela Prog;
- ♦ XXIV. Melhorar a qualidade das rotinas e processos administrativos no âmbito dos setores da Prog e dos cursos de graduação;
- ♦ XXV. Institucionalizar as diretrizes de desenvolvimento e uso das metodologias e tecnologias de ensino-aprendizagem;
- ♦ XXVI. Institucionalizar a Política de Temas Transversais (sustentabilidade, inovação e educação flexível) nos currículos dos cursos de graduação;
- ♦ XXVII. Consolidar o trabalho de assessoria pedagógica e técnica para os cursos de graduação;
- ♦ XXVIII. Estimular a difusão das produções acadêmicas (científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais).

3.10 POLÍTICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

A Uema teve uma oferta crescente de programas de pós-graduação, sejam eles cursos de mestrado (acadêmico e profissional) e doutorado (acadêmico e profissional) nos últimos anos, assim como aumento na participação em programas de pós-graduação em rede. Em 2021, a Universidade conta com 17 programas de pós-graduação (10 cursos de mestrado e 3 cursos de doutorado acadêmico; 6 cursos de mestrado e 2 cursos de doutorado profissional).

Contribuindo para essa ampliação de programas stricto sensu, a Universidade Estadual do Maranhão aprovou em julho de 2015, a Resolução 1158/2015 – CEPE que implementou o Programa de Qualidade Total dos Programas de Pós-Graduação (PROQUALIT), gerenciado pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, com o objetivo de integrar programas de incentivo à produção acadêmica docente, já existentes na Universidade, a um Plano de Ação para a pesquisa e a pós-graduação.

O Proqualit realiza o acompanhamento e a avaliação do desempenho dos programas de pós-graduação, objetivando a consolidação dos cursos de mestrado e/ou doutorado dos programas de pós-graduação, de forma que sejam reconhecidos em nível nacional e internacional por bons resultados de avaliações externas e formação de recursos humano de qualidade. As ações do Proqualit abrangem dimensões variadas da vida acadêmica, no que tange à pesquisa e a pós-graduação da Uema. Desta forma a PPG e o Proqualit por ela gerenciado, atuam nas seguintes vertentes:

a) Participação nas discussões sobre concursos públicos para contratação de docentes, notadamente nos campi e centros que tem Programa de Pós-Graduação na área objeto da contratação, deverão ter o perfil do candidato traçado, de comum acordo, com a PPG, de modo que ao ingressar na carreira do Magistério Superior, o candidato atenda aos requisitos dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação;

b) Atendimento, por parte da PPG, das demandas por melhoria ou ampliação dos espaços para a pós-graduação e captação de recursos financeiros para pesquisa, mediante a divulgação de editais das agências de fomento, assim como participação em editais institucionais das agências de fomento, tais como Capes, CNPq, Finep, Fapema, entre outras;

c) Interlocação da PPG junto a outras pró-reitorias e setores da Uema para viabilização de convênios e parcerias interinstitucionais, sejam elas nacionais ou internacionais;

d) Interlocação com a administração superior objetivando alocação de recursos próprios ou conveniados para o desenvolvimento da pesquisa e da pós-Graduação;

e) Instituição do Comitê de Avaliação do Desempenho da Pós-Graduação, para avaliação de cada curso. Para as visitas, foram convidados dois consultores ad hoc externos e um representante interno, preferencialmente um coordenador de pós-graduação;

f) Acompanhamento periódico dos programas de pós-graduação junto às Coordenações de Pós-Graduação com vistas ao adequado preenchimento da Base de Dados da Capes;

g) Proposição e aprovação de resoluções internas de apoio à pesquisa e pós-graduação: Consolidação e ampliação de ações de apoio ao desempenho da produção científica: apresentação de trabalhos em eventos nacionais e internacionais, conforme Resolução n.º 1330/2018 CEPE/UEMA; trata das Normas do programa de incentivo à publicação científica qualificada; apoio à tradução de artigos científicos, conforme Resolução n.º 1123/2015 CEPE/UEMA; Resolução n.º 1213/2016 – CEPE/UEMA sobre Normas de Bolsas de Pesquisador Sênior; Resolução n.º 1262/2017 – CEPE/UEMA sobre o Programa de Professor Sênior (PROSÊNIOR); Resolução n.º 185/2015 CAD/UEMA pagamento de Bolsa Produtividade em Pesquisa da Universidade Estadual do Maranhão, conforme Resolução n.º 1136/2015 CEPE/UEMA e internacionalização dos cursos de mestrado e doutorado, a partir de missões de trabalho e estudo no Brasil e no exterior; realização do Prêmio Dissertação e Tese; realização de Prêmio Produção Técnica (produtos e patentes); oferta de cursos de redação de artigos e/ou patentes para docentes e discentes; incentivo aos docentes recém-contratados e recém-doutores; pagamento de Taxas de Bancada para docentes Bolsista Produtividade; criação e manutenção de periódicos; e ciclos de Conferências;

h) Estabelecimento de normas e prazos internos para a apresentação de novas propostas de Programa de Pós-Graduação no Aplicativo para Propostas de Cursos Novos – APCN, da Capes.

Quanto às ações para a consolidação e ampliação de ações de apoio ao desempenho da produção científica (item f), o Programa de Bolsa Produtividade contemplará, a partir de 2021, 25 pesquisadores da Universidade Estadual do Maranhão, nas categorias Bolsa Pesquisador Sênior e Bolsa Pesquisador Júnior. A finalidade do Programa é a valorização dos professores pesquisadores que tenham destaque em produção científica e formação de recursos humanos em pós-graduação stricto sensu.

As bolsas terão o mesmo valor da Bolsa de Produtividade da Fapema, para as categorias Bolsa Pesquisador Sênior e Bolsa Pesquisadora Júnior, o que resultará em um investimento da Uema nos Programas de Pós-Graduação. Na mesma direção, reformulou-se a Resolução de Incentivo à Publicação Científica Qualificada, com as seguintes ações: correção dos valores das bolsas pagas por publicação de artigos acadêmicos com Qualis A1 a B2 na área de formação/atuação do pesquisador; inclusão do pagamento de bolsas por livro ou capítulo de livro

publicado; inclusão do pagamento de apoio à tradução de artigos científicos, para publicação em língua estrangeira. Essas alterações, aliadas ao crescimento contínuo das atividades de pesquisa na Instituição, contribuiram para um significativo aumento na quantidade de Bolsas pagas pela Uema.

Por sua vez, será incentivada a participação de pesquisadores e estudantes da Universidade em redes de pesquisa nacionais e internacionais, fomentando o intercâmbio e fortalecendo os grupos de pesquisa existentes, além de estimular a criação de novos grupos, garantindo as condições para o desenvolvimento de suas atividades.

Quanto à Iniciação Científica (IC), será fortalecida e ampliada a partir de uma efetiva aproximação com órgãos públicos estaduais, especialmente com a Fapema, com vistas ao desenvolvimento de pesquisas diretamente relacionadas às principais demandas para a reversão dos atuais indicadores socioeconômicos do Estado. Ilustrase a seguir, a evolução do número de bolsas (Uema) a serem fomentadas com recursos orçamentários para o quinquênio 2021-2025.

Quadro 17 - Bolsas orçamentárias para o quinquênio 2021-2025

2021	2022	2023	2024	2025
200	200	200	220	240

Fonte: CP/PPG/UEMA - 2021

Foi apresentado uma projeção de aumento de bolsas de IC, no ano de 2024, de 20 bolsas, correspondendo a 10% e no ano de 2025 mais 20 bolsas, com aproximadamente 9%, totalizando 240 bolsas. Faz parte da política atual da PPG realizar Oficinas de Pesquisa, no formato online, foram realizadas ao longo do mês de abril de 2021 e reuniram diretores, professores e alunos dos campi do continente, as oficinas terão continuidade no quinquênio do PDI. Foram sistematizadas em dois momentos: um primeiro, destinado à discussão sobre os elementos constitutivos de um projeto de pesquisa; e o segundo, em que foram apresentadas as principais informações do Edital PIBIC, ciclo 2021/2022.

As Oficinas foram organizadas levando em consideração a dimensão do corpo docente de efetivos e os cursos de graduação oferecidos por cada campus. Assim, foram realizadas:

OFICINA 1 Bacabal (76 participantes)

Dia: 04/03, 5ª feira – 17 horas

OFICINA 2 Caxias (52 participantes)

Dia 11/03, 5ª feira – 17 horas

OFICINA 3 Balsas, Codó, Colinas, Coroatá, Santa Inês, Coelho Neto e Grajaú (27 participantes)

Dia 18/03, 5ª feira – 17 horas

OFICINA 4 Itapecuru Mirim, Lago da Pedra, Pedreiras, Pinheiro, Presidente Dutra, Barra do Corda, São João dos Patos, Timon e Zé Doca (16 participantes)

Dia 25/03, 5ª feira – 17 horas

Ao longo da Oficina, a participação dos professores foi intensa, principalmente no que se refere ao processo de elaboração de um projeto de pesquisa. Nos quatro encontros foi apontada a necessidade de que outras iniciativas que possam promover a integração entre os campi do continente e São Luís. Após a publicação do Edital PIBIC 2021, cada diretor de Centro ficou encarregado de entrar em contato com a Coordenadora de Pesquisa para agendamento de uma reunião voltada especificamente para discussão do referido Edital.

Quadro 18 - Programas de Pós-Graduação na Uema e perspectiva 2021-2025

Programa	Cursos	Área de Avaliação	Conceito Atual	Conceito (Futuro)	Perspectivas
Agricultura e Ambiente	M	Ciências Agrárias I	3	4	Doutorado
Agroecologia	M/D	Ciências Agrárias I	4	4	
Biodiversidade, Ambiente e Saúde	M	Interdisciplinar	3	4	
Bionorte	D	Biotechnology	4	5	
Cartografia Social e Política	M	Antropologia	3	4	Doutorado
Ciência Animal	M/D	Medicina Veterinária	4	4	
Defesa Sanitária Animal	M/D	Medicina Veterinária	5	5	
Desenvolvimento Socioespacial	M	Planejamento Urbano e Regional	3	3	
Educação	M	Educação	A	3	
Educação Inclusiva	M	Educação	A	3	
Engenharia Aeroespacial	M	Engenharias III	A	3	
Engenharia da Computação	M	Ciência da Computação	3	3	
Geografia	M	Geografia	3	4	Doutorado
História	M/D	História	4	5	
Letras	M	Linguística e Literatura	3	3	
Matemática	M	Matemática	5	5	
Recursos Aquáticos e Pesca	M	Biodiversidade	3	4	Doutorado

Fonte: CPG/PPG/UEMA - 2021

3.10.1 Projeção para os Programas de Pós-Graduação até 2025

A projeção de submissão e aprovação de APCNs é de 3 novos programas (Arquitetura, Ensino e Produção Animal) até 2025, o que representaria um aumento da 18%, totalizando 20 Programas de Pós-graduação. Portanto, o total de cursos de Mestrado passariam de 16 para 19 (19% de aumento na oferta de Mestrados) e o total de cursos de Doutorado passariam de 5 para 9 (80% de aumento na oferta de Doutorados).

A PPG projeta que até 2025, 7 programas elevem de conceitos pela avaliação da Capes, tendo aproximadamente

41% dos programas com elevação, o que permitirá que mais programas possam submeter APCNs de Doutorados a médio e longo prazo.

A Uema tem investido na qualificação do corpo docente e vagas de concurso para docentes, que servem como referência para o direcionamento de metas, que podem ser reavaliadas na medida em que novos aportes financeiros impulsionarem a formação/atração de novos doutores, com indicadores de produção adequados para a proposição de novos cursos de pós-graduação.

Quadro 19 - Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu na Uema

ORD	CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU	CENTRO	MODALIDADE	NÚMERO DE VAGAS/ANO				
				2017	2018	2019	2020	2021
1	ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO	CCT	Presencial	50				
2	GESTÃO PÚBLICA	CCSA	A distância	740				
3	GESTÃO EDUCACIONAL E ESCOLAR	CECEN	A distância	900				
4	EDUCAÇÃO ESPECIAL/ INCLUSIVA	CECEN	A distância	1040				
5	ASSESSORIA TÉCNICA PARA HÁBITAT URBANO E RURAL	CCT	Presencial		15			
6	ENGENHARIA SANITÁRIA E CONTROLE AMBIENTAL	CCT	Presencial		50			
7	ENGENHARIA DE PROJETOS INDUSTRIAIS (1ª turma)	CCT	Presencial		50			
8	MECÂNICA COMPUTACIONAL	CCT	Presencial		30			
9	ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO	CCT	Presencial		45			
10	ESTATÍSTICA	CECEN	Presencial		50			
11	GESTÃO UNIVERSITÁRIA	CCSA	Presencial		45			
12	MARKETING DIGITAL	CCSA	Presencial		55			
13	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	CCT	Presencial		60			
14	CURRÍCULO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	CECEN	Presencial			30		
15	ENGENHARIA SANITÁRIA E CONTROLE AMBIENTAL	CCT	Presencial			45		
16	ENGENHARIA DE PROJETOS INDUSTRIAIS (2ª turma)	CCT	Presencial			55		
17	PLANEJAMENTO DE PROJETO DE OBRAS COM O USO DA METODOLOGIA BIM	CCT	Presencial			55		
18	MÉTODOS ESTATÍSTICOS APLICADOS	CECEN	Presencial			50		
19	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PÚBLICO E PRIVADO	CCSA	Presencial			50		
20	EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA (2ª turma)	CECEN	A distância			740		
21	GESTÃO DO SISTEMA PRISIONAL	CCSA	A distância			220		
22	ENSINO DE MATEMÁTICA	CECEN	Presencial				30	
23	ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA	CECEN	Presencial				36	
24	DIREITO PÚBLICO	CCSA	Presencial				50	
25	ENSINO DE CIÊNCIAS – EDUCAÇÃO BÁSICA (CIÊNCIA É 10)	CECEN	A distância				60	
26	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	CECEN	A distância				400	
27	GESTÃO EDUCACIONAL E ESCOLAR	CECEN	Adistância				400	
28	LITERATURA E ENSINO	CECEN	A distância					510
29	ENFERMAGEM OBSTÉTRICA	CESSIN	A distância					350
Total				2730	400	1245	976	860

A Uema oferece à comunidade cursos de pós-graduação lato sensu, presenciais e a distância (EaD), conveniados ou pagos diretamente pelo aluno. Levantamento elaborado pela Coordenação de Pós-Graduação, referente aos cursos de Especialização, apontam para dificuldades orçamentárias dos cursos presenciais, pagos pelos alunos; noutra direção, os cursos de Especialização conveniados, incluindo os de EaD, apresentam perspectivas mais promissoras, considerando que os recursos são federais ou de outras esferas e, portanto, garantem a realização sem problemas orçamentários.

A Resolução n.º 1244/2017 CEPE/UEMA regulamenta as Normas para os Cursos de Pós-Graduação Modalidade lato sensu. Anualmente é lançada Chamada Interna, pela PPG, para submissão de propostas de cursos lato sensu com o objetivo de melhor avaliar o potencial técnico e financeiro das propostas, de modo a assegurar sua execução com níveis aceitáveis de inadimplência e evasão. Ressalta-se que a Chamada Interna se aplica a propostas de cursos presenciais e a distância. Essa política de Edital (um por ano) se estenderá pelos próximos anos, até 2025. Os cursos na modalidade EaD são intermediados pelo Núcleo de Tecnologias para a Educação da Uema, sempre em articulação com os campi, centros, departamentos e cursos oferecem bons exemplos. Mais do que números, trata-se aqui de uma intervenção coordenada e eficiente, de ações estratégicas para a melhoria da administração pública, da educação e do ensino, áreas prioritárias de oferta dos cursos.

Diante de um aparato estatal historicamente instável, fragilmente constituído e dependente dos reveses da política,

3.11 POLÍTICA DE EXTENSÃO

A Extensão, ao longo dos anos de existência da Uema, tem sido exercida como forma de retorno à sociedade e campo de desenvolvimento técnico dos alunos, conforme preceitua a Constituição Federal de 1988 ao conceber a “Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Art. 207).

Em 2004, a Uema constituiu a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis (PROEXAE), que passou a trabalhar, formalizar e institucionalizar a extensão nos seus diversos centros, com destaque a vários programas e projetos que fizeram intervenções em diversas áreas carentes do Estado: Promoção da educação e inserção social de crianças e adultos (Vale Alfabetizar, Alfamol, Pronera I, Pronera II, Pronera III, Vestibular da Cidadania, Arte na Escola, Pesce e Uniti); promoção da saúde (Campanha de doação de Sangue, transmissão, sintomas e profilaxia das parasitoses); promoção da educação ambiental (Avanços da Oceanografia no Século XXI, APA do Maracanã); promoção da empregabilidade e geração de renda (Projeto

quadro que afeta diretamente as condições de trabalho do funcionalismo público, a Uema oferta os cursos de especialização em: Gestão Pública; Gestão Pública Municipal e Gestão Pública em Saúde.

Em outra frente, convive-se ainda no Estado do Maranhão com índices baixos, da pré-escola ao stricto sensu, das grandes cidades aos pequenos povoados. Em razão disso, com foco na formação continuada dos docentes da educação básica, a Uema também oferece cursos na área de educação e, para um público específico. Quanto às áreas rurais, aceitou-se também o desafio da intervenção em espaços caracterizados pela concentração fundiária, analfabetismo e precárias condições de trabalho e acesso a novas tecnologias. A especialização em Educação do Campo atua exatamente nesse cenário.

Seguramente, os desafios ainda são muitos, incluindo o problema da evasão. A modalidade de ensino e o quantitativo de alunos nos impõem diariamente questões metodológicas e tecnológicas. Também se tem atuado no enfrentamento da dicotomia presencial versus EaD. Diante da conjuntura apresentada, pretende-se ampliar e diversificar a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu, na modalidade a distância, para alcançar os graduados pela Uema e de outras IES, em diversas áreas do conhecimento, em todo o território maranhense. Contudo, cabe aos diretores de campi e centros, articulados com departamentos e cursos a proposição dos cursos lato sensu. Objetiva-se ter um portfólio de cursos de especialização que sejam oferecidos de forma mais regular em atendimento a demandas de cada região maranhense.

Uema no Campo, Projovem); promoção da cultura (Festa Junina da Uema, recepção aos calouros, UemaRT, Bumba Uema e FESTMACPO); promoção de auxílio social (Uemação Solidária, Projeto de Intervenção Universitária com Quilombolas, Mutirão da Cidadania e Bolsa Trabalho). Outro programa de grande impacto social promovido pela Uema diz respeito ao Restaurante Universitário, que chega atender mais de 2.000 refeições diariamente.

Em 2008, conforme também dita a Constituição Federal, a Uema implantou o Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX), com o objetivo de incentivar a participação de alunos e professores em projetos e programas de extensão. Anualmente acontece a Jornada de Extensão Universitária (JOEX), que faz a convergência de saberes, intensificando o contato entre a academia e a sociedade dos trabalhos desenvolvidos no Pibex. Em 2018, foram criados os programas de Extensão Acolher (projeto de extensão universitária voltada às ações para o desenvolvimento integral de crianças na primeira infância).

Tabela 03 - Total de Bolsas PIBEX e Acolher no período de 2016 a 2020

PROGRAMAS	2016-2017	2017-2018	2018-2019	2019-2020	SOMATÓRIO
PIBEX	215	230	240	250	935
ACOLHER	0	0	30	30	60

Tabela 04 - Total de Bolsas do Programa de Assistência Estudantil no período de 2016 a 2020

PROGRAMAS	2016-2017	2017-2018	2018-2019	2019-2020	SOMATÓRIO
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	0	0	600	595	1195
AUXÍLIO CRECHE	0	0	100	53	153
AUXÍLIO MORADIA	0	0	200	165	365
AUXÍLIO REFEIÇÃO	0	0	14	14	28

Tabela 05 - Total de Bolsa Permanência no período de 2016 a 2020

PROGRAMAS	2016-2017	2017-2018	2018-2019	2019-2020	SOMATÓRIO
BOLSA PERMANÊNCIA	0	0	100	720	820

A Revista Práticas em Extensão visa constituir-se como espaço privilegiado à divulgação dos resultados e reflexões oriundas das atividades de extensão

universitária em sua indissociabilidade com o ensino e a pesquisa.

Figura 03 - Primeira e segunda edições da Revista Práticas em Extensão, publicadas em 2017 e 2018, respectivamente

Em 23 de fevereiro de 2021, foi lançado o Portal Alumni Uema, iniciativa da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis, por meio da Coordenação de Atividades Extracurriculares, juntamente com o suporte tecnológico da Coordenação de Tecnologias da Informação. O Portal Alumni Uema visa fazer o mapeamento e acompanhamento dos

egressos dos cursos de graduação e pós-graduação da Uema, conceber uma plataforma de comunicação e geração de dados, de criação de oportunidades e de políticas institucionais que contribuam para inserção no mercado de trabalho e para a formação continuada dos egressos, além de produzir estatísticas que auxiliem nos indicadores

de qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação da Uema.

Outras ações desenvolvidas pela Proexae recentemente, constam: Incentivo a criação de empresas Juniores, Coral Vozes da Unabi, Implementação da Curricularização da Extensão, Parceria com a Secretaria de Estado Extraordinária da Igualdade Racial: Selo Quilombola, levantamento de projetos em comunidades quilombolas e de matriz africana; Parceria com Secretaria de Estado da Saúde: adesão ao programa Farmácia Viva; Parceria com a secretaria dos Direitos Humanos e Participação Popular: acompanhamento do Mais Extensão; Implementação de vinte bolsas de estágio para alunos de ciências agrárias, por intermédio do convênio Sagrima, Fapema, Uema. Internacionalização da Extensão (Resolução n.º 1445/2020 CEPE/UEMA); Atualização da resolução da extensão (Resolução n.º 1409/2019 CEPE/UEMA), que trata da regulamentação das normas e ações de Extensão da Universidade.

A extensão universitária foi conceituada a partir de um debate democrático desenvolvido nos Fóruns de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), do qual a Uema vem participando anualmente das atividades, realizados desde de 2009. Na ocasião, as universidades e a sociedade em geral foram apresentadas ao conceito de extensão que segue: "A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade".

Em 2014, a Uema publicou a Resolução CAD/UEMA n.º 882/2014, na qual atualizou, segundo este conceito e as mudanças no cenário mundial e nacional, o papel da extensão na Instituição:

Art. 4º São consideradas atividades de extensão aquelas que: compoem o processo educativo, cultural e científico, articulem de forma indissociável as atividades de ensino e os resultados da pesquisa na forma de programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviço, produções e publicações e outras ações desenvolvidas com e para sociedade, aí se incluindo a orientação de discentes em projetos de extensão, bem como a captação de recursos para o desenvolvimento desses projetos.

Em 2019, a Uema publicou a Resolução CEPE/UEMA n.º 1409/2019, na qual atualizou o conceito da extensão na instituição:

Art. 1º A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico, tecnológico e

político que promove a interação transformadora entre a Universidade Estadual do Maranhão – Uema e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2015), visando os seguintes princípios:

- I – Integrar o ensino e a pesquisa com demandas sociais, estabelecendo mecanismos que inter-relacionam o saber acadêmico ao saber dos demais segmentos da sociedade;
- II – Sociabilizar o conhecimento acadêmico e promover a participação da sociedade na vida da Universidade;
- III – incentivar na prática acadêmica a contribuição para o desenvolvimento da consciência social e política, formado profissionais-cidadãos;
- IV – Participar criticamente de propostas que objetivam o desenvolvimento regional, econômico, social, cultura e ambiental;
- V – Contribuir para o aperfeiçoamento, reformulação e implementação de concepções e práticas curriculares da Uema, além da sistematização do conhecimento produzido.

Art. 2º As ações de Extensão Universitária desenvolvidas pela Uema serão orientadas pelas diretrizes definidas no Plano Nacional de Extensão Universitária (FORPREX, 2001) e na Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2015).

Em 2019, a Uema publicou as Resoluções CAD n.º 303/2019 e Cepe n.º 1409/2019, que tratam sobre a regulamentação das atividades de extensão realizadas pela Uema sob a forma de prestação de serviços à comunidade:

Art. 1º A prestação de serviços no âmbito da Uema será realizada com o objetivo de maximizar os benefícios da infraestrutura da Universidade à sociedade local e regional, sem prejuízos às atividades administrativas, de ensino, pesquisa e demais atividades de extensão.

Em 2015, a Uema tomou frente no debate do Estado sobre auxílio aos municípios de menor IDH e lançou o Programa Mais Extensão, com projetos previstos para 2016 que descentralizaram as ações para seus 21 campi e promoveram cursos de extensão e intervenções nos 30 municípios de menor IDH. Os valores de 12.000,00 foram aumentados para 24.000,00, considerando também a inclusão de novos municípios no Projeto. O Mais Extensão 2018-2020, em vigência pelo Edital n.º 02/2018 - Proexae, teve em 2018 a aprovação de 50 projetos, sob a coordenação de professores efetivos. Atualmente conta com 48 projetos em execução, envolvendo 11 Centros da Uema, dos quais, o CCA (35,4%) e Cecen (18,8%) somam mais de 50% dos projetos. Os projetos contemplam, hoje, 22 dos municípios de menor IDH.

3.11.1 Diagnóstico da Extensão

ANÁLISE DO PDI/UEMA 2016 -2020	
OS PONTOS POSITIVOS	O QUE PODE SER MELHORADO E APERFEIÇOADO
Apresentar o histórico da extensão universitária na Uema;	Necessidade de atualização;
Ampliação das ações de assistência estudantil aos campi.	Criar de comissão para fortalecer a política de assistência nos campi.
Ampliação da participação efetiva da comunidade acadêmica e sociedade.	Ampliar a divulgação e interatividade entre os setores.
Subsidiar a formulação de normas orientadoras para ações de consultoria a empresas públicas e privadas, a serem realizadas por professores, empresas juniores e startups.	Subsidiar a formulação de um modelo de contrato simplificado para execução de trabalhos de consultoria pelos docentes, empresas juniores e startups.
Criar base de dados personificada para o fomento de estágios dos alunos e emprego dos alunos egressos para ser disponibilizada às empresas públicas ou privadas.	Criar um cadastro de empresas conveniadas com a Uema para fins facilitação de realização de estágio curricular supervisionado; criação de cadastro de discentes por área de conhecimento a ser disponibilizado as empresas visando o engajamento no primeiro emprego.
Qualificar os estudantes por meio de seu envolvimento em atividades extensionistas: Organização, aparelhamento e institucionalização das empresas juniores.	Institucionalizar as empresas juniores.
Implementar espaços voltados para o desenvolvimento, inovação e transferência de tecnologia, como: escritórios; auditórios; espaço de incubação de novas ideias ou startup; salas de reuniões; espaço para as empresas juniores; laboratório de testes para tecnologia de inovação de produtos; processos (TPP); alojamento de empresas parceiras e serviços para o trabalho de Extensão tecnológica.	Criar ambiente coworking para empresas juniores, ligas acadêmicas, projetos especiais, escritórios modelos, startups, núcleos de extensão e de inovação tecnológica.
Ampliação da Unabi para 15 campi (2020).	Ampliação do Programa Unabi para todos os Campi e Polos da Uema.
Criação do Coral Vozes da Unabi no Campus de São Luís.	Institucionalização do Coral Vozes da Unabi como Projeto de Extensão.
Criação de Projetos de Cultura nos Campi onde tem Unabi.	Institucionalização de projetos de Cultura dentro de todos os locais da Unabi.
DESTAQUE OS PONTOS NEGATIVOS	QUAL É A PROPOSIÇÃO DE MELHORIA?
Ausência de documentação que norteie a Extensão Universitária no cenário nacional.	Política Nacional de Extensão Universitária, o Plano Nacional de Extensão Universitária e a Resolução de Extensão da Uema devem ser incluídos como documentos para elaboração do PPI.
A inserção regional descrita no PDI não representa a abrangência da Uema.	As ações de extensão e pesquisa desenvolvidas em municípios que não apresentam campi ou polo da Uema, deveriam ser citadas como Inserção Regional.
Na política de pós-graduação não há correlação com a extensão universitária.	Acrescentar a política de pós-graduação as ações de extensão.
Ausência de correlação das ações de extensão na política de qualificação dos servidores.	Acrescer as diretrizes e aos objetivos da política de qualificação dos servidores - corpo técnico-administrativo as ações de extensão.
Ausência de proposta de divulgação das ações de pesquisa ou extensão no Marketing Institucional.	Publicizar ações de extensão e pesquisa, inclusive junto às empresas jornalísticas municipais e estadual, e não só interna.
As ações de extensão estão vinculadas a infraestruturas e instalações.	As demandas de infraestrutura e instalações não são objetivo da Proexae, devendo ser direcionadas a Proinfra.
Ocorreu a proposição de metas e objetivos para a extensão universitária que não corresponderam as ações executadas.	Readequar a redação do item Política de Extensão com finalidade de atualizar o histórico de ações, adequação dos programas citados e acrescentar ações implantadas não planejadas em 2006.
Organização das entidades estudantis.	Revitalizar a sede do DCE objetivando a centralização de todas as entidades estudantis.
Redução da participação de estudantes em eventos acadêmicos.	Restabelecer a concessão do auxílio financeiro.
Complexidade na estrutura diagnóstica e nas planilhas de construção do PDI.	Simplificar e capacitar os usuários para utilizarem os processos relacionados ao PDI.

3.11.1 Diagnóstico da Extensão (Cont.)

DESTAQUE OS PONTOS NEGATIVOS	QUAL É A PROPOSIÇÃO DE MELHORIA?
Criação de novas ações de apoio aos acadêmicos.	Ampliar e institucionalizar: ligas acadêmicas, empresas juniores, projetos especiais, núcleos de extensão e escritórios modelos.
Acompanhamento dos egressos da Uema.	Mapeamento e acompanhamento de egressos de cursos de graduação
Regulamentação de cursos e eventos da Uema.	Criar de Resolução específica para organização de eventos.
Cursos e Eventos que não são cadastrados na Proexae.	Ampliar o número de cursos e eventos de extensão submetidos através do SigUema acadêmico.
Falta de infraestrutura física adequada para o funcionamento da Unabi.	Construção de locais específicos para funcionamento das Unabis.
Falta de infraestrutura física adequada para o funcionamento do Coral Vozes da Unabi.	Construção de local específico para as atividades do Coral.

3.11.2 Diretrizes da Política de Extensão

Para estruturar e institucionalizar a atividade de extensão com vistas à Inovação tecnológica, tendo por referencial a emenda constitucional 85 e baseando-se nos programas e projetos passados ou em andamento, foram instituídas as diretrizes norteadoras sobre a política de extensão universitária. A referida política busca privilegiar ações em

contribuição às demandas sociais prioritárias do Estado, aos Arranjos Produtivos Locais (APLs) e ao desenvolvimento econômico sustentável para o acesso e preservação do patrimônio genético e biodiversidade presente no Maranhão. Referências confirmadas com o parecer CNE/CES N.º: 608/2018, homologado pela Portaria n.º 1350.

• Diretrizes da Extensão Universitária

As diretrizes se fundamentam nos debates nacionais sobre Extensão e abrangem o que Boaventura de Sousa Santos (2004) idealiza como fatores chave e prioritários da superação das crises na universidade pública:

Interação Dialógica, Interdisciplinaridade e interprofissionalidade, indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, impacto na Formação do Estudante e Impacto e Transformação Social.

• Interação Dialógica

Esta diretriz é marcada pela troca de saberes, em via de mão dupla, entre a Universidade e a sociedade com o objetivo de uma produção interativa em aliança com movimentos, setores e organizações públicas ou privadas

para diminuição das desigualdades sociais, da exclusão social e construção de uma sociedade mais justa, homogênea, ética e democrática no estado do Maranhão.

• Interdisciplinaridade e interprofissionalidade

A diretriz de Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade move as ações extensionistas em busca de superação da dicotomia presente na maioria dos planos de ação em projetos (sociais, de intervenção econômica, de fomento à educação, saúde e etc.), a saber: A dúvida em se trabalhar com a complexidade do problema ou especializar um foco de trabalho. Este problema é inerente às comunidades, setores e grupos sociais, com os quais desenvolvem-se as ações de Extensão, ou aos próprios objetivos e objetos dessas ações.

A solução tomada pela Uema é que a combinação da especialização e visão holística pode ser materializada pela interação de modelos, conceitos e metodologias oriundos de várias disciplinas e áreas do conhecimento, assim como pela construção de alianças intersetoriais, intraorganizacionais e interprofissionais. Dessa maneira, espera-se imprimir às ações de Extensão Universitária a consistência teórica e operacional de que sua efetividade depende.

Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão

Essa diretriz reafirma a extensão como processo acadêmico. Suas ações adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas (ensino de graduação ou pós-graduação) e de geração de inovação (produtos inovadores decorrentes da pesquisa). Quanto ao ensino, o eixo pedagógico clássico professor-aluno passa a ser professor-aluno-comunidade, onde todos os lugares passam a ser a sala de aula e o aluno se torna protagonista de sua formação técnica e

cidadã com apoio de todos os atores envolvidos no processo (professores, técnico-administrativos, pessoas da comunidade, estudantes, empresas e poder público). Quanto à pesquisa, ela se materializa em ideias pautadas e experimentadas com rigor científico e enviadas de volta à sociedade, como inovação tecnológica nas mais diferentes áreas que a universidade atua para impactar de forma positiva na sociedade.

Impacto na Formação do Estudante

As atividades de Extensão Universitária constituem aportes decisivos à formação do estudante, seja pela ampliação do universo de referência que ensinam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas que possibilitam. Esses resultados permitem

o enriquecimento da experiência discente em termos teóricos e metodológicos, ao mesmo tempo em que abrem espaços para reafirmação e materialização dos compromissos éticos e solidários da universidade pública brasileira.

Impacto e Transformação Social

Essa diretriz reafirma a Extensão como o mecanismo por meio do qual se estabelece a inter-relação da Universidade com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional. Ao atingir essas finalidades, permite inclusões sociais e o aprimoramento das políticas públicas, por meio de um raciocínio dialético, inclusivo, interprofissional e interdisciplinar em um processo estruturado (ensino-pesquisa-extensão). A expectativa é de que, com essa diretriz, a Extensão Universitária contribua para o processo de melhoria contínua do Estado, uma comunidade de destino, ou de melhoria da pólis, a comunidade política. Nesse sentido, a diretriz Impacto e Transformação Sociais imprime à Extensão Universitária um caráter essencialmente político e ético.

É importante ter clareza de que não é apenas sobre a sociedade que se almeja produzir impacto e transformação com a Extensão Universitária, mas a visão da Uema, enquanto parte da sociedade, deve também sofrer impacto, ser transformada. O alcance desses objetivos – impacto e transformação da sociedade e da Universidade – de forma a se lograr o desenvolvimento no sentido que esta Política propugna, é potencializado nas ações que se orientam pelas diretrizes de Interação Dialógica, Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade e, por fim, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão. Com esse escopo, as ações de Extensão Universitária pretendem minimizar os efeitos negativos do pensamento dominante, em especial, a mercantilização das atividades universitárias, a alienação cultural e todas as mazelas que as acompanham.

3.11.3 Objetivos da Extensão Universitária

Quadro 20 - Objetivos da extensão com seus respectivos projetos e indicadores estratégicos (de acordo com o manual do PDI 2021-2025)

Objetivos da Extensão		Projetos Estratégicos da Extensão	Políticas Institucionais (PDI 2021-2025)	Objetivo Estratégico Institucional (PDI 2021-2025)	Indicadores Estratégicos (PDI 2021-2025)	Prazo
Coordenação de Extensão	I. Desenvolver ações extensionistas voltadas para o empoderamento das comunidades com vistas à divulgação de políticas, direitos, inclusão digital, mapeamento e proteção do conhecimento tradicional voltado para a biodiversidade.	Ampliar a ofertas de cursos de extensão envolvendo o conhecimento tradicional das comunidades e a biodiversidade maranhense.	Ampliação da oferta de cursos de extensão.	1. Ampliar a integração e interlocução da Uema com a comunidade local e internacional.	3. Membros da Sociedade Civil alcançados por Projetos de Extensão (impactados);	2021-2025

Quadro 20 - Objetivos da extensão com seus respectivos projetos e indicadores estratégicos - De acordo com o manual do PDI 2021-2025 (Cont.)

Objetivos da Extensão	Projetos Estratégicos da Extensão	Políticas Institucionais (PDI 2021-2025)	Objetivo Estratégico Institucional (PDI 2021-2025)	Indicadores Estratégicos (PDI 2021-2025)	Prazo	
Coordenação de Extensão	II. Subsidiar a formulação de normas orientadoras para ações de consultoria a empresas públicas e privadas, a serem realizadas por professores, empresas juniores e startups.	Promover a interlocução entre as instituições públicas e privadas visando a inserção tecnológica da Uema e instituições parceiras.	Promoção de eventos na Uema para prospecção de instituições parceiras, promoção de transferência de tecnologia e constituição de parcerias de pesquisa, desenvolvimento e inovação com empresas.	1. Ampliar a interação e interlocução da Uema com a comunidade local e internacional.	4. Parcerias com o governo estadual, municipal, organizações não governamentais (efetivas).	2021-2025
	III. Ampliar e diversificar os modos de comunicação da política e das ações de extensão com a comunidade.	Promover a interlocução da universidade com a sociedade.	Ampliação e divulgação de eventos artísticos e culturais e dos acervos de cultura e extensão.	2. Promover a inclusão social, o desenvolvimento econômico sustentável, a memória cultural, a produção artística e o bem-estar para todos.	5. Alcance das mídias na comunicação a sociedade.	2021-2025
	IV. Viabilizar alternativas para melhorar fator de impacto nas bases Web of Science (WoS) e Scopus (Scimago) da Revista Práticas em Extensão (ISSN – 2594-6528).	Estimular as ações extensionistas e a publicação nos diversos instrumentos de comunicação.	Incremento das Publicações locais, regionais, nacionais e internacionais (Livros, Cartilhas e Boletins) Divulgação e popularização das ações socioambientais da IES.	3. Adotar ações afirmativas em defesa da ciência e da autonomia universitária. 5. Adequar a oferta de cursos às vocações e potencialidades regionais.	2. Publicações na mídia em defesa da ciência e da autonomia universitária. 2. Índice de adequação do curso às vocações e potencialidades regionais.	2021-2025
	VI. Desenvolver as políticas de extensão voltada para as bolsas e auxílio.	Fortalecer os programas voltados para as bolsas e auxílio.	Aprimoramento e ampliação dos auxílios e apoios voltados para a permanência dos alunos dos cursos de graduação na modalidade presencial e a distância em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com fins de melhoria do aproveitamento acadêmico do aluno;	2. Promover a inclusão social, o desenvolvimento econômico sustentável, a memória cultural, a produção artística e o bem-estar para todos.	1. Ingressantes de Baixa Renda em relação ao Total de Ingressantes; 2. Ingressantes de Escola Pública em relação ao Total de Ingressantes.	2021-2025
Coordenação de Cultura	VII. Elaborar o Festival de Música e Poesia de Fim de Ano, que permite que alunos possam mostrar seus talentos, através de apresentações musicais, ampliando assim o Papel da Uema como promotor de artes no Estado.	Promover e incentivar projetos socioculturais nos campi da IES.	Fomento a projetos culturais e de extensão nos campi da Uema Ampliação e divulgação de eventos artísticos e culturais e dos acervos de cultura e extensão.	2. Promover a inclusão social, o desenvolvimento econômico sustentável, a memória cultural, a produção artística e o bem-estar para todos.	4. Ações que promovam a memória cultural; 5. Ações que promovam a produção artística; 6. Ações que promovam o bem-estar para todos.	2021-2025

Quadro 20 - Objetivos da extensão com seus respectivos projetos e indicadores estratégicos - De acordo com o manual do PDI 2021-2025 (Cont.)

Objetivos da Extensão		Projetos Estratégicos da Extensão	Políticas Institucionais (PDI 2021-2025)	Objetivo Estratégico Institucional (PDI 2021-2025)	Indicadores Estratégicos (PDI 2021-2025)	Prazo
Coordenação de Assuntos Estudantis	VIII. Ampliar a política de Assistência Estudantil, de forma a minimizar as desigualdades sociais e permitir uma redução das taxas de evasão da Universidade por parte de alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.	Fortalecer a Política e Assistência Estudantil da IES.	Aprimoramento e ampliação dos auxílios e apoios voltados para a permanência dos alunos dos cursos de graduação na modalidade presencial e a distância em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com fins de melhoria do aproveitamento acadêmico do aluno.	2. Promover a inclusão social, o desenvolvimento econômico sustentável, a memória cultural, a produção artística e o bem-estar para todos.	1. Ingressantes de baixa renda em relação ao total de ingressantes; 2. Ingressantes de escola pública em relação ao total de ingressantes.	2021-2025
Coordenação Extracurriculares	XIX. Ampliar a Certificação das Atividades de Extensão na Universidade.	Estabelecer uma política de regulamentação da Certificação das Atividades de Extensão na Universidade.	Implementação de normas e rotinas administrativas e acadêmicas, com o intuito de tornar os fluxos mais dinâmicos e transparentes por meio de recursos tecnológicos de informação e comunicação.	10. Melhorar a eficiência e eficácia dos processos internos.	1. Tempo médio de processamento (compras, licitação, diárias, mudança de regime de trabalho, declarações, matrícula, etc.).	2021-2025
	X. Monitorar e estabelecer os indicadores de acompanhamento de egressos	Fortalecimento da política de acompanhamento dos egressos da Uema.	Incremento de parcerias de PD&I e financiamento com entidades privadas e públicas locais, regionais, nacionais e internacionais.	1. Ampliar a integração e interlocução da Uema com a comunidade local e internacional.	1. Índice de acompanhamento de egressos	2021-2025
Gabinete	XI. Registro de pesquisadores estrangeiros vinculados a projetos de extensão, com a finalidade de identificar áreas com potencial para internacionalização e incentivar a cooperação entre universidades de diversos países.	Fortalecimento da política da internacionalização da Extensão.	Instituição de programa de acolhimento e/ou de apoio à permanência de estudantes e professores estrangeiros; Intercâmbio de alunos e professores da Uema em universidades estrangeiras.	1. Ampliar a integração e interlocução da Uema com a comunidade local e internacional.	1. Acordos de Cooperação Internacional (efetivos).	2021-2025
	XII. Fortalecer e implementar os polos da UNABI no Maranhão.	Ampliar e fortalecer o Programa da UNABI no Maranhão.	Fomento a projetos culturais e de extensão nos campi da Uema.	2. Promover a inclusão social, o desenvolvimento econômico sustentável, a memória cultural, a produção artística e o bem-estar para todos.	6. Ações que promovam o bem-estar para todos.	2021-2025

3.11 POLÍTICA DE EXTENSÃO

A seguir, apresentam-se os projetos estratégicos de extensão em consonância com as diretrizes e os objetivos apontados.

Quadro 21 - Detalhamento dos Projetos Estratégicos da Extensão

OBJETIVO ESTRATÉGICO	1. Ampliar a integração e interlocução da Uema com a comunidade local e internacional.				
POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	Ampliação da oferta de cursos de extensão.				
TÍTULO DO PROJETO	Ampliar a ofertas de cursos de extensão envolvendo o conhecimento tradicional das comunidades e a biodiversidade maranhense.				
RESPONSÁVEL PELO PROJETO	Prof. Dr. Felipe de Jesus Moraes Junior				
ANO DE EXECUÇÃO	2021	2022	2023	2024	2025
METAS	30 cursos	30 cursos	30 cursos	30 cursos	30 cursos
ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA	R\$ 40.000	R\$ 40.000	R\$ 40.000	R\$ 40.000	R\$ 40.000

OBJETIVO ESTRATÉGICO	1. Ampliar a integração e interlocução da Uema com a comunidade local e internacional.				
POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	Promoção de eventos na Uema para prospecção de instituições parceiras, promoção de transferência de tecnologia e constituição de parcerias de pesquisa, desenvolvimento e inovação com empresas.				
TÍTULO DO PROJETO	Promover a interlocução entre as instituições públicas e privadas visando a inserção tecnológica da Uema e instituições parceira.				
RESPONSÁVEL PELO PROJETO	Prof. Dr. Felipe de Jesus Moraes Junior				
ANO DE EXECUÇÃO	2021	2022	2023	2024	2025
METAS	05 parcerias firmadas	05 parcerias firmadas	05 parcerias firmadas	05 parcerias firmadas	05 parcerias firmadas
ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA	R\$100.000	R\$100.000	R\$100.000	R\$100.000	R\$100.000

OBJETIVO ESTRATÉGICO	2. Promover a inclusão social, o desenvolvimento econômico sustentável, a memória cultural, a produção artística e o bem-estar para todos.				
POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	Ampliação e divulgação de eventos artísticos e culturais e dos acervos de cultura e extensão.				
TÍTULO DO PROJETO	Promover a interlocução da universidade com a sociedade.				
RESPONSÁVEL PELO PROJETO	Prof. Dr. Felipe de Jesus Moraes Junior				
ANO DE EXECUÇÃO	2021	2022	2023	2024	2025
METAS	50 ações divulgadas	50 ações divulgadas	50 ações divulgadas	50 ações divulgadas	50 ações divulgadas
ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA	R\$10.000	R\$10.000	R\$10.000	R\$10.000	R\$10.000

OBJETIVO ESTRATÉGICO	3. Adotar ações afirmativas em defesa da ciência e da autonomia universitária.				
POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	Incremento das publicações locais, regionais, nacionais e internacionais (Livros, Cartilhas e Boletins); Divulgação e popularização das ações socioambientais da IES.				
TÍTULO DO PROJETO	Estimular as ações extensionistas e a publicação nos diversos instrumentos de comunicação.				
RESPONSÁVEL PELO PROJETO	Prof. Dr. Felipe de Jesus Moraes Junior				
ANO DE EXECUÇÃO	2021	2022	2023	2024	2025
METAS	50 publicações	50 publicações	50 publicações	50 publicações	50 publicações
ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA	R\$15.000	R\$15.000	R\$15.000	R\$15.000	R\$15.000

OBJETIVO ESTRATÉGICO	5. Adequar a oferta de cursos às vocações e potencialidades regionais.				
POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	Expansão qualificada de novos cursos nas diversas modalidades e de vagas a partir de estudo de viabilidade da oferta de cursos baseados nas demandas, potencialidades locais e regionais e dos perfis profissionais que atendam aos setores de atividades econômicas da região.				
TÍTULO DO PROJETO	A implantação da política de Creditação da Extensão nos cursos de Graduação e Pós-Graduação.				
RESPONSÁVEL PELO PROJETO	Prof. Dr. Felipe de Jesus Moraes Junior				
ANO DE EXECUÇÃO	2021	2022	2023	2024	2025
METAS	10 cursos implantados	10 cursos implantados	10 cursos implantados	10 cursos implantados	10 cursos implantados
ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA	R\$5.000	R\$5.000	R\$5.000	R\$5.000	R\$5.000

OBJETIVO ESTRATÉGICO	2. Promover a inclusão social, o desenvolvimento econômico sustentável, a memória cultural, a produção artística e o bem-estar para todos.				
POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	Aprimoramento e ampliação dos auxílios e apoios voltados para a permanência dos alunos dos cursos de graduação na modalidade presencial e a distância em situação de vulnerabilidade socioeconômica com fins de melhoria do aproveitamento.				
TÍTULO DO PROJETO	Fortalecer os programas voltadas para as bolsas e auxílios.				
RESPONSÁVEL PELO PROJETO	Prof. Dr. Felipe de Jesus Moraes Junior				
ANO DE EXECUÇÃO	2021	2022	2023	2024	2025
METAS	Manutenção do Quantitativo de bolsas	Manutenção do Quantitativo de bolsas	Manutenção do Quantitativo de bolsas	Manutenção do Quantitativo de bolsas	Manutenção do Quantitativo de bolsas
ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA	R\$2.383.000	R\$2.383.000	R\$2.383.000	R\$2.383.000	R\$2.383.000

OBJETIVO ESTRATÉGICO	2. Promover a inclusão social, o desenvolvimento econômico sustentável, a memória cultural, a produção artística e o bem-estar para todos.				
POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	Fomento a projetos culturais e de extensão nos campi da Uema; Ampliação e divulgação de eventos artísticos e culturais e dos acervos de cultura e extensão.				
TÍTULO DO PROJETO	Promover e incentivar projetos socioculturais nos campi da IES.				
RESPONSÁVEL PELO PROJETO	Prof.ª. Dr.ª Maria Jucilene Silva Guida de Sousa				
ANO DE EXECUÇÃO	2021	2022	2023	2024	2025
METAS	2 projetos culturais realizados	2 projetos culturais realizados	2 projetos culturais realizados	2 projetos culturais realizados	2 projetos culturais realizados
ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA	R\$25.000,00	R\$25.000,00	R\$25.000,00	R\$25.000,00	R\$25.000,00

OBJETIVO ESTRATÉGICO	10. Melhorar a eficiência e eficácia dos processos internos.				
POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	Implementação de normas e rotinas administrativas e acadêmicas com o intuito de tornar os fluxos mais dinâmicos e transparentes por meio de recursos tecnológicos de informação e comunicação.				
TÍTULO DO PROJETO	Estabelecer uma política de regulamentação da Certificação das Atividades de Extensão na Universidade.				
RESPONSÁVEL PELO PROJETO	Prof. Dr. Cláudio José da Silva de Sousa				
ANO DE EXECUÇÃO	2021	2022	2023	2024	2025
METAS	01 política regulamentada	01 política regulamentada	01 política regulamentada	01 política regulamentada	01 política regulamentada

OBJETIVO ESTRATÉGICO	1. Ampliar a integração e interlocução da Uema com a comunidade local e internacional.				
POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	Incremento de parcerias de PD&I e financiamento com entidades privadas e públicas locais, regionais, nacionais e internacionais.				
TÍTULO DO PROJETO	Fortalecimento da política de acompanhamento dos egressos da Uema.				
RESPONSÁVEL PELO PROJETO	Prof. Dr. Cláudio José da Silva de Sousa				
ANO DE EXECUÇÃO	2021	2022	2023	2024	2025
METAS	01 índice de acompanhamento estabelecido	01 índice de acompanhamento estabelecido	01 índice de acompanhamento estabelecido	01 índice de acompanhamento estabelecido	01 índice de acompanhamento estabelecido

OBJETIVO ESTRATÉGICO	1. Ampliar a integração e interlocução da Uema com a comunidade local e internacional.				
POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	Instituição de programa de acolhimento e/ou de apoio à permanência de estudantes e professores estrangeiros.				
TÍTULO DO PROJETO	Fortalecimento da política da internacionalização da Extensão.				
RESPONSÁVEL PELO PROJETO	Prof. Dr. Paulo Henrique Aragão Catunda				
ANO DE EXECUÇÃO	2021	2022	2023	2024	2025
METAS	3 acordos assinados	3 acordos assinados	3 acordos assinados	3 acordos assinados	3 acordos assinados
ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA	R\$100.000	R\$100.000	R\$100.000	R\$100.000	R\$100.000

OBJETIVO ESTRATÉGICO	2. Promover a inclusão social, o desenvolvimento econômico sustentável, a memória cultural, a produção artística e o bem-estar para todos.				
POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	Fomento a projetos culturais e de extensão nos campi da Uema.				
TÍTULO DO PROJETO	Ampliar e fortalecer o Programa da Unabi no Maranhão.				
RESPONSÁVEL PELO PROJETO	Prof. Dr. Paulo Henrique Aragão Catunda				
ANO DE EXECUÇÃO	2021	2022	2023	2024	2025
METAS	05 cursos implantados	05 cursos implantados	05 cursos implantados	05 cursos implantados	05 cursos implantados
ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA	R\$50.000	R\$50.000	R\$50.000	R\$50.000	R\$50.000

Quadro 22 - Resumo dos Projetos Estratégicos da Extensão

ORD.	PROJETO	RESPONSÁVEL	PERÍODO DE EXECUÇÃO	ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA
1.	Ampliar a oferta de cursos de extensão envolvendo o conhecimento tradicional das comunidades e a biodiversidade maranhense	Prof. Dr. Felipe de Jesus Moraes Junior	2021-2025	R\$200.000,00
2.	Promover a interlocução entre as instituições públicas e privadas, visando a inserção tecnológica da Uema e instituições parceiras	Prof. Dr. Felipe de Jesus Moraes Junior	2021-2025	R\$500.000,00
3.	Promover a interlocução da universidade com a sociedade	Prof. Dr. Felipe de Jesus Moraes Junior	2021-2025	R\$50.000,00
4.	Estimular as ações extensionistas e a publicação nos diversos instrumentos de comunicação	Prof. Dr. Felipe de Jesus Moraes Junior	2021-2025	R\$75.000,00
5.	A implantação da política de Creditação da Extensão nos cursos de Graduação e Pós-Graduação	Prof. Dr. Felipe de Jesus Moraes Junior	2021-2025	R\$25.000,00
6.	Promover e incentivar projetos socioculturais nos campi da IES	Profª. Drª. Maria Jucilene Silva Guida de Sousa	2021-2025	R\$125.000,00
7.	Estabelecer uma política de regulamentação da Certificação das Atividades de Extensão na Universidade	Prof. Dr. Cláudio José da Silva de Sousa	2021-2025	-
8.	Fortalecimento da política de acompanhamento dos egressos da UEMA	Prof. Dr. Cláudio José da Silva de Sousa	2021-2025	-
9.	Fortalecimento da política da internacionalização da Extensão	Prof. Dr. Paulo Henrique Aragão Catunda	2021-2025	R\$500.000,00
10.	Ampliar e fortalecer o Programa da Unabi no Maranhão	Prof. Dr. Paulo Henrique Aragão Catunda	2021-2025	R\$250.000,00
TOTAL				R\$ 21.076.800,00

